

Correios de Cabo Verde - CCV, S. A.

Relatório & Contas 2016

Julho 2017



Índice

Órgãos Sociais.....	3
DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL	4
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	7
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
1.1. CONJUNTURA - CCV	12
2. Negócios	14
2.1. Sector Postal	14
2.2. Performance dos serviços postais	18
2.3. Filatelia	22
2.4. Serviços Financeiros	23
2.5. Prestação de Serviços a Terceiros	26
3. Desenvolvimento do Negócio.....	29
4. Recursos Humanos.....	31
5. Análise Económica e Financeira.....	34
5.1. Situação Económica	34
5.2. Situação Financeira e Patrimonial.....	41
6. Perspetivas futuras	43
7. Agradecimentos	45
8. Proposta de Aplicação de Resultados.....	46
9. Anexos	47
9.1. Demonstrações Financeiras	47
9.1.1. Balanço	47
9.1.2. Demonstração de resultados	48
9.1.3. Demonstração de Alterações de Capital Próprio	49
9.1.4. Demonstração de fluxos de Caixa.....	50
9.2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	51
9.3. Parecer de Auditoria	84
9.4. Parecer do Fiscal Único	87



Órgãos Sociais

Assembleia-geral:

Presidente: Dr. Jorge Benchimol Duarte,

Secretário: Dr. Emiliano Lopes Delgado,

Conselho de Administração:

Presidente: Dra. Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira;

Administrador Executivo: Dr. Cipriano Semedo Soares de Carvalho;

Administrador Não Executivo: Dr. Almiro Leónidas Almeida Rocha.

Fiscal Único:

PricewaterhouseCoopers&Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, Lda., representada por Dr. Carlos Manuel Sim Sim
Maia



DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL

DIRECÇÕES

- 1.Unidade de Gestão Financeira: Eunice Barbosa
- 2.Unidade de Recursos Humanos: Alírio Barros
- 3.Unidade de Serviços a Clientes: Jassica Tavares
- 4.Unidade de Serviços de Informática e Comunicação: José Correia – com efeito a partir de 2017
5. Unidade da Rede Postal: Bruno Tavares - com efeito a partir de 2017

REDE COMERCIAL

1. Plateau: Dulfiano Keita Fernandes
2. Fazenda: Mário Carvalho
3. A.S.A.: Maria Augusta Amado
4. S. Domingos: Luís Artur
5. Órgãos: Eunice Santos
6. Picos: Luís Boaventura S. Pina
7. Assomada: Luís Boaventura S. Pina
8. Achada Falcão: Luís Boaventura S. Pina
9. Terrafal de Santiago: João Francisco Vaz
10. Calheta de S. Miguel: Maurício Fernandes
11. Pedra Badejo: Águeda Landim
12. Cidade Velha: António Pedro Borges
13. Maio: Gracinda Tavares Duarte
14. Sal Rei: Oscar Nascimento
15. João Galego: António Rafael
16. Mindelo: Jailson Rocha
17. R. Bote: Sandra Monteiro
18. Monte Sossego: Filipa Machado
19. Porto Novo: Francisco Xavier
20. Paul: Carla Onorina
21. Ponta do Sol: Nelsa Dias



22. Ribeira Grande: Silvéria Morais
23. Cuculi: Linda Maria Vitória
24. Tarrafal S.Nicolau: Vanusa vieira
25. Ribeira Brava: Emanuela Araújo
26. Espargos: José Ramalho
27. Santa Maria: Conceição Cruz
28. S Filipe: Raquel Gomes
29. Cova Figueira: José António Abreu
30. Mosteiros: António Anilton Pires
31. S. Jorge: Raquel Gomes
32. Nova Sintra: Boaventura Vicente



Senhor Acionista,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho de Administração dos CCV, SA (CCV), submeter ao Senhor Acionista o seu Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016.

O Conselho de Administração,

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezado Senhor Acionista, Estado de Cabo Verde
Caros Colaboradores

Apraz-me, apresentar-vos, em nome do Conselho de Administração dos CCV, o Relatório e Contas referente ao ano de 2016.

Os Correios em todo mundo vêm enfrentando incertezas de índole global aliado às vulnerabilidades constantes derivado do ritmo assustador das inovações tecnológicas, mas também agravado pelas sucessivas alternativas concorrenciais particularmente provocados pelo sector informal.

Os CCV, face ao exposto, não se encontram imune desses problemas, e, têm vindo a enfrentar situações adversas no sentido de manter firme e perene os serviços postais ainda que seja o mínimo exigido universalmente pela União Postal Universal (UPU). A rede postal está em todo lugar e em relação a Cabo Verde, os CCV não fogem à regra, pois dispõe de 33 agências em todo o país, constituindo uma rede forte e capaz de responder as demandas locais das populações. A rede postal é a rede física mais extensa do planeta e constitui uma infraestrutura fundamental que permite o bom funcionamento de segmentos inteiros da economia, com mais de 600.000 agências de Correios no mundo, o Correio oferece serviços acessíveis a todos, pois ninguém é excluído. O Correio é verdadeiramente um serviço público para todos, não importa sua posição social. De acordo com dados estatísticos, os Correios em todo mundo empregam mais de 5 milhões de empregados postais que trabalham para facilitar diariamente os contactos e o intercâmbio entre as pessoas (singulares e coletivas).

Hodiernamente, do ponto de vista da regulação e fiscalização a operadora, enquanto prestadora do serviço universal, tem de cumprir um determinado nível mínimo de qualidade de serviço, bem como um conjunto de regras sobre preços aplicáveis aos serviços prestados.

Compete à Reguladora fiscalizar a qualidade e os preços no âmbito do serviço universal, bem como o cumprimento, por parte da empresa, das regras aplicáveis a estes serviços.





Porém, o novo paradigma digital trata-se de um novo modelo, pelo qual o padrão de exigência nos traz para uma nova realidade social, em que muitas das nossas atividades diárias, desde o trabalho ao lazer, se transformaram atento o modo como as concretizamos.

O digital atravessa todos os sectores de atividade económica: primário, secundário e terciário. E modifica a nossa vivência das coisas, a forma como interagimos socialmente e como nos comportamos. Em quase tudo, a tecnologia está a alterar radicalmente processos estabilizados e a transformá-los.

Das tradicionais cartas, telegramas e faxes – que constituíram durante séculos o negócio central das empresas de correio no mundo – as pessoas passaram a comunicar-se através de novas plataformas e novos canais, mais flexíveis, mais céleres e a um custo menor. Efetivamente, tudo isto afeta as atividades dos operadores de correios e encomendas.

A desmaterialização da realidade em que vivemos tem obrigado os operadores postais a redefinir os seus modelos de negócio de modo a diversificar e a captar novas oportunidades. O efeito de substituição / digitalização, a explosão do e_Commerce (com os desafios de logística que lhe estão associados), a Internet of Postal Things e o Data Driven Marketing trazem novas oportunidades e novos desafios.

Os CCV (CCV) não poderia ficar isenta a estas tendências. A situação tecnológica e económico-financeira da Empresa, impele-nos a todos à ação urgente, sob pena de a tendência de deterioração da empresa se tornar irreversível. A Empresa tem acumulado:

- ✓ Deficit mensal de tesouraria em aproximadamente 18%;
- ✓ Prejuízos acentuados nos 3 últimos anos (-88 mil contos em 2014, -34,2 mil contos em 2015 e -12,4 mil contos em 2016);
- ✓ Avultadas dívidas a terceiros (470 mil contos em 2014, 484 mil contos em 2015 e 509 mil contos em 2016);
- ✓ Resultados transitados de -532 mil contos;
- ✓ Ausência de um parque informático eficiente;
- ✓ Sistema de controlo interno muito aquém dos padrões universalmente aceite.

É absolutamente vital que os CCV se reestremem profundamente e se reinvente com novo vigor, de forma a ajustar-se às atuais configurações do mercado e de modo a antecipar-se às tendências em termos de perfis, necessidades e expectativas dos clientes e consumidores. Não o fazendo, ou adiando para mais



tarde tal ajustamento, a empresa tenderá a perder relevância e utilidade para o mercado, colocando em causa a sua sustentabilidade e sobrevivência a médio/longo prazo.

Concomitantemente a tudo isto, a situação é agravada pelo imperativo legal imposta pela Regulação (ANAC) que desde o ano 2000 não se manifestou qualquer interesse em proceder com a revisão tarifário postal, deixando todo o défice subjacente ao desvio entre preço de venda e o custo de produção à merce dos CCV.

Neste contexto o Conselho de Administração, recentemente empossado para gerir os desígnios dos CCV durante o período compreendido entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019, em estreita harmonia com a política do Governo da IX Legislatura, e em linha com as estratégias para modernização da empresa, elaborou um novo Plano Estratégico para o período 2017/2020, estabelecendo novos desafios, com objetivo de estabilizar e modernizar a empresa e reverter os seus indicadores de desempenho económico e financeiro, de modo a se lançar as bases para um reposicionamento de longo prazo mais consentâneo com as novas exigências.

O Plano Estratégico e os demais instrumentos de gestão dos CCV traz consigo os objetivos corporativos, os objetivos para as linhas de negócios, Encomenda, Logística, Comunicação, Financeiro e Rede de Atendimento, e os objetivos da linha de gestão.

Os objetivos corporativos estão vinculados à perenidade da empresa, caracterizados pela busca de um crescimento sustentável, universalização dos serviços e manutenção de sua relevância para sociedade. O alcance dos resultados destes objetivos ocorre pelo atingimento dos objetivos de negócios e de gestão.

Os objetivos de negócios têm por finalidade manter a empresa competitiva frente às oscilações do mercado e visam a redução de custos, liderança de mercado, proporcionar soluções de comunicação, prestação de serviços financeiros e melhorar a rede de atendimento.

Os objetivos referentes à gestão focam na valorização dos recursos humanos, no aumento da produtividade e na excelência da gestão.

Os desafios de reestruturação e ajustamento dos CCV aos novos tempos irá requerer de todos muita dedicação, muito esforço, sacrifícios e recursos substanciais. Certos de que todos saberão abraçar com profissionalismo e engajamento neste desiderato e, que estarão a ser relançados as bases para uma empresa que deverá perdurar no tempo e na história de Cabo Verde.



Para finalizar, o Conselho de Administração agradece o Acionista Estado pela confiança, a todos os seus colaboradores pelo engajamento e vaticina o encorajamento e envolvimento de todos em prol das expectativas futuras de uma empresa cada vez mais sólida e próspera, visando alcançar com sucesso os objetivos e metas pretendidos.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2016, segundo explanação do Fundo Monetário Internacional (FMI)², a economia mundial terá crescido em torno dos 3,1%, em função de um desempenho melhor do que o esperado no conjunto das economias mais avançadas, contrastando com uma desaceleração no crescimento das economias emergentes. De realçar os casos dos principais parceiros económicos de Cabo Verde, o FMI reviu em baixa o crescimento da Área do Euro em torno de 1,6%, menos 0,4pp do que em 2015.

A retração no crescimento do principal parceiro da economia cabo-verdiana poderá, eventualmente, ser explicada pelos efeitos da votação do referendo que decidiu, em 23 de junho de 2016, a saída do Reino Unido da União Europeia. Assim sendo, num contexto de alguma incerteza, o crescimento da Zona Euro é sustentado pela procura interna, pela contínua melhoria do mercado de trabalho, pela política orçamental ligeiramente expansionista e pela política monetária acomodatória.

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana manteve-se relativamente favorável nos três primeiros trimestres do ano, não obstante o abrandamento do ritmo de crescimento. O contexto externo favoreceu o crescimento da procura turística e dos influxos de investimento direto estrangeiro, determinou a redução da fatura das importações e beneficiou o poder de compra das famílias, numa conjuntura de redução das remessas dos emigrantes. Por conseguinte, de acordo com as estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas, a economia nacional registou um crescimento real mais acelerado na primeira metade do ano, sustentado principalmente nas dinâmicas da administração pública, agricultura e alojamento e restauração.

Do lado da procura, a evolução dos indicadores de tendência acompanhados pelo Banco de Cabo Verde sugere que o melhor desempenho da economia nacional traduziu a boa performance da formação bruta de capital fixo (privada) e do consumo (privado e público), num contexto de aumento do financiamento ao sector privado (com recursos internos e externos), de alguma recuperação da confiança dos agentes económicos, da deflação e da instalação do Governo, eleito a 20 de março.

De acordo com a projeção do BCV (publicado in “World Economic Outlook – Jan/17), o crescimento da economia cabo-verdiana, nos primeiros nove meses de 2016 teve um crescimento real de 4,7% mais 0,3pp do que no período homólogo.

As expetativas de execução, conforme programado, dos empreendimentos turísticos financiados com investimento externo iniciados e em fase de arranque, o crescimento mais notável do crédito ao sector privado, a manutenção da tendência de recuperação do sentimento económico, alguma melhoria das condições do mercado de trabalho e o contínuo aumento da procura turística, sustentam a revisão em alta das projeções do PIB para 2016 e a manutenção, para 2017, das perspetivas de crescimento entre três e quatro por cento, num contexto de ligeiro aumento esperado dos preços no consumidor.

Não obstante as perspetivas mais otimistas de curto prazo, num contexto de reduzido espaço orçamental para estimular a expansão da atividade económica, a orientação da política monetária deverá manter-se, nos próximos meses, acomodatória, conquanto centrada na preservação das reservas externas em níveis adequados às necessidades da economia e ao perfil de risco do país.

Com relação a um ano atípico, marcado por três eleições, pela alternância na governação e pela aprovação do Orçamento do Estado na segunda metade do ano, o governo definiu como estratégia de consolidação do orçamento, a médio prazo: o aumento das receitas fiscais; a melhoria da qualidade da despesa pública e o combate aos desperdícios; a redução dos custos de funcionamento do aparelho do Estado, a começar pela constituição de um governo pequeno, produtivo e parceiro; a redução da componente pública no Programa Plurianual de Investimento Público (PIIP), através da constituição de parcerias público-privadas com promotores estrangeiros.

A inflação média anual fixou-se em -1,0 % em agosto, 0,9 pontos percentuais abaixo do valor registado em agosto de 2015, enquanto a inflação homóloga, depois de ter atingido em julho o valor mais baixo desde outubro de 2009, fixou-se nos -1,8% (0,1 %em período homólogo). A evolução dos preços no consumidor continua a refletir, em larga medida, a tendência da inflação importada, em particular da Área do Euro, que, por sua vez, traduz os efeitos diretos e indiretos da redução dos preços de bens energéticos e a, ainda, modesta dinâmica da procura.

A par da inflação importada, o aumento da produção local de frescos, em resultado da pluviosidade registada em 2015, e a reposição da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) contribuíram significativamente para a redução dos preços no consumidor. Por conseguinte, a deflação nas classes de rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e de transportes explica, em 75 %, a diminuição da taxa da variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) entre janeiro e agosto de 2016. Os restantes 25 % foram determinados pela redução dos preços de vestuário e



calçado, de acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente de habitação, bem como pelo crescimento menos acentuado dos preços da classe de bens e serviços diversos. A redução dos preços no consumidor tem favorecido, além do rendimento disponível real bruto das famílias, a competitividade-preço do país, conforme sugere a depreciação do câmbio efetivo real do país, face ao ano anterior, em média em 1,4% até agosto.

1.1. CONJUNTURA - CCV

Face ao contexto acima exposto, tendo em consideração a conjuntura nacional e internacional, influenciado pelos fatores endogénese, os CCV continuaram a recuperar no ano de 2016, com a melhoria em várias dimensões de negócios, facto, este, patente nos resultados alcançados pela empresa, não só no domínio económico-financeiro, mas igualmente ao nível da implementação do programa de reestruturação.

O exercício económico de 2016 foi encerrado com um resultado líquido negativo de 12.350 contos, contra o montante de 34.188 contos negativo do ano anterior, o que representa um acréscimo de 63.88% (21.838 contos), face ao ano de 2015. Para tal terá contribuído, a redução dos gastos e perdas.

Durante o ano 2016 foram identificados alguns objetivos como essenciais para continuar a elevar a imagem da empresa, para que estes venham a resultar em conquistas de novos clientes e aumento das receitas.

Ficou eleito como prioridade, a melhoria da rentabilidade da empresa, que passou pelo aumento das receitas e melhoria dos processos que visam a redução e a contenção de custos. Por outro lado, elegeu-se ainda algumas medidas que visam a sustentabilidade da empresa, e colmatar algumas falhas existentes no que toca a melhoria dos sistemas operacionais e informáticos e eficiência nos processos.

Estas iniciativas tinham como propósito criar medidas para inverter a tendência da queda do negócio tradicional dos correios e captar novas oportunidades de negócio - como o caso do boom do Comércio Eletrónico.

O ano 2016 foi um ano difícil, onde estiveram presentes três eleições – presidenciais, legislativas e autárquicas, o que teve como consequência a paralisação de alguns serviços, principalmente os do estado. A mudança do governo teve repercussões negativas nas receitas dos correios, visto que a solicitação dos serviços foi diminuta comparativamente aos anos anteriores.

Por conseguinte, não foi possível implementar todos os projetos desenhados, mas alguns aspetos tidos como prioritários foram conseguidos e algumas ações foram levadas a cabo para dar continuidade a sobrevivência do negócio postal.



Negócios



2. Negócios

Três grandes áreas de negócio concorrem para a atividade dos CCV:

1. Serviços Postais
2. Serviços Financeiros
3. Prestação de Serviços a Terceiros

A par destes negócios, a empresa detém uma carteira de investimentos financeiros, em sectores como a banca, telecomunicações e seguros, e que concorreu em 12% para o rendimento total em 2016.

2.1. Sector Postal

A grosso modo realça-se a concretização de uma panóplia de ações operacionais de iniciativa local que se convergiram no pensamento global e estratégico da empresa.

Registou-se um bom nível de engajamento no seio dos agentes operacionais, salvo raras exceções que mereceram posicionamentos corretivos oportunos e sem grandes impactos na performance global.

Pautou-se pelo rigor da eficiência na gestão dos recursos sem perder de vista o intento estratégico da contenção de custos.

Um nível de qualidade satisfatório marcou esse aspeto nas suas vertentes regularidade, rapidez e segurança.

Entraram no circuito postal 569.426 Objetos, tendo sido registado uma diminuição substancial na ordem dos 38,2%, que se justifica por duas razões: (1) porque a tendência na diminuição gradual do tráfego de Objetos de correspondências; (2) porque o maior tráfego registado em cada ano se situa no último trimestre - Novembro e Dezembro, meses em que a TAP bloqueou quase toda a carga postal, cujo escoamento só veio a verificar em Janeiro de 2017.

O rácio objecto por habitante baixou para 0,8. Partindo do princípio que o tráfego é distribuído entre particulares e Empresas e conhecido o público-alvo como



maioritariamente empresarial (à volta de 60%), a distribuição pode ser interpretada como sendo 0,32 Objetos por Cliente particular e 0,48 Objetos por Cliente empresarial.

A quantidade de Objetos acima descrita, representa em termos de Carga Postal transportada, tratada e distribuída em 2016, num peso total de 169,7 Toneladas, que a somar à percentagem dos reencaminhamentos internos, ronda as 271 Toneladas. Em termos quantitativos o peso transportado oscilou positivamente em cerca de 5,8%.

Estima-se que cerca de 60% do tráfego postal tratado na Rede, terá sido reencaminhado no circuito postal interno, com destino a uma unidade secundária de distribuição regional. Desses 60% de retrabalho (trânsitos internos), cerca de 26% foi de novo tratado e reencaminhado para uma AC dela dependente, onde se verificou a fase final do processo produtivo, ou seja, a distribuição.

Tráfego de Correspondências - Com 542.531 Objetos tratados, registou-se uma diminuição substancial nas quantidades, pelas razões acima descritas, na ordem dos 24,2%.

Tráfego de Encomendas e E-commerce - Com 13.859 Objetos tratados, registou-se um aumento considerável, na ordem dos 9,8%, justificado pelo incremento que se verifica no tráfego de e-commerce.

Quantificação das entradas internacionais

No tráfego postal internacional de entrada, fazendo fé aos bloqueios da TAP que reduziram a quase nada a quantidade de carga recebida no 4º trimestre, registou-se uma variação negativa na ordem dos 13,9%. A contrastar a tendência decrescente em termos de quantidade, o peso médio tratado aumentou em 5,25%. Tudo indica que o cenário de aumento gradual nas pequenas encomendas e pacotes de baixo peso (Objetos de "e-commerce") é uma realidade.



Quadro 1 - Correspondências e Encomendas Recebidas

Anos	Quantidade de objectos Internacionais				Toneladas de carga postal Internacional			
	Correspondências	%	Encomendas	%	Correspondências	%	Encomendas	%
2010	351.525	-1,8	8.975	-12,2	52	-10,3	39	-23,5
2011	355.601	1,16	9.801	9,2	53	1,92	60,1	54,1
2012	380.493	7	10.438	6,5	57,8	9	63,7	5,9
2013	314.195	-17,4	10.838	3,8	42,2	-26,9	56,1	-12
2014	291.526	-7,2	10.525	-2,9	68	61,1	60,2	7,3
2015 R	45.309							
2015 O	260.830	5	11.366	8	44,1	-35	63,7	5,8
2016 R	50.744							
2016 O	132.883	-40	12.756	12,2	39,3	-10,8	77,3	21,3

Quantificação das saídas internacionais

A geração de tráfego postal internacional de saída registou uma descida acentuada, consequência da conjuntura económica, da tendência no sector postal em si e da fraca capacidade do parque industrial interno, em gerar produtos que possam ser exportados por via do e-commerce.

Quadro 2 - Correspondências e Encomendas Expedidas

Anos	Quantidade de Objectos Internacionais				Tonelada de cargas internacionais			
	Correspondências		Encomendas		Correspondências		Encomenda	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2010	394.017	-11,2	94	-21	41,7	-2,8	0,9	-35,7
2011	389.741	-1,1	154	63,8	42,1	0,96	1,1	22,2
2012	421.700	8,2	165	7	45,5	8	1,6	45
2013	320.150	-24,1	129	-21,8	35,4	-22,2	2	25
2014	316,949	-1	160	24	32	-9,6	0,95	-52,5
2015 R	33.620							
2015 O	278.002	-1,7	183	14,4	22	-31	1,1	16
2016 R	32.883							
2016 O	143.519	-43,4	84	-54	21	-4,5	0,5	-54

Tráfego de E.M.S. - Com 14.055 Objetos tratados, registou-se mais uma quebra substancial na ordem dos 27%.



EMS - Quantificação do Correio Urgente - Regime Nacional:

Este ramo de negócio, no sentido exportação, não foge à regra das descidas acentuadas, tendo agravado em 2016.

A contrastar a tendência do "outbound", o "inbound" registou melhorias na ordem dos 9%. A entrada de novos "players" no mercado do correio urgente, terá ocasionado dispersão nas alternativas de distribuição

Quadro 3 – E.M.S. Nacional

Anos	Quantidade		Peso	
	Objetos Nacionais	%	Toneladas de Carga Postal	%
2010	15.875	13,8	5,8	9,4
2011	16.097	1,4	5,7	-1,7
2012	16.880	4,9	6,9	21,1
2013	16.426	-2,7	4,75	-31,3
2014	15.375	-6,4	4,73	-0,42
2015	14.867	-3,3	4,2	-11,2
2016	9.533	-35,8	2,9	30,9

Quadro 4 – E.M.S. Internacional Recebido:

Anos	Quantidade		Peso	
	Objetos Internacionais	%	Toneladas de Carga	%
2009	5.885	47,2	7,6	46,15
2010	3.493	-40,6	4,1	-46,5
2011	3.185	-8,8	3,9	-4,8
2012	3.024	-5,5	2,6	-33,3
2013	2.567	-15,11	2,2	-14,5
2014	2.675	4,2	2,3	4,5
2015	2.063	-22	2,3	-1,3
2016	2.390	15,6	2,6	13

Quadro 5 – E.M.S. Internacional Expedido

Anos	Objetos Internacionais	%	Toneladas de Carga	%
2010	2.850	13,4	1,15	26,4
2011	2.498	-12,4	1,02	-11,3
2012	2.924	17,1	1,19	16,6
2013	2.232	-23,6	1,52	27,7
2014	2.343	4,9	0,9	-40
2015	2.317	-1,1	0,87	-3,3
2016	2.132	-0,8	0,80	-8,0

2.2. Performance dos serviços postais

Quanto ao desempenho na distribuição devemos assegurar que:

- 73,5% dos Objetos foram entregues no período de zero a 2 dias;
- 13% de zero a 5 dias;
- 7,1% de zero a 10 dias;
- 6,4% com o tempo de distribuição superior a 10 dias;

A tabela a seguir descreve o tempo da distribuição dos Objetos postais:

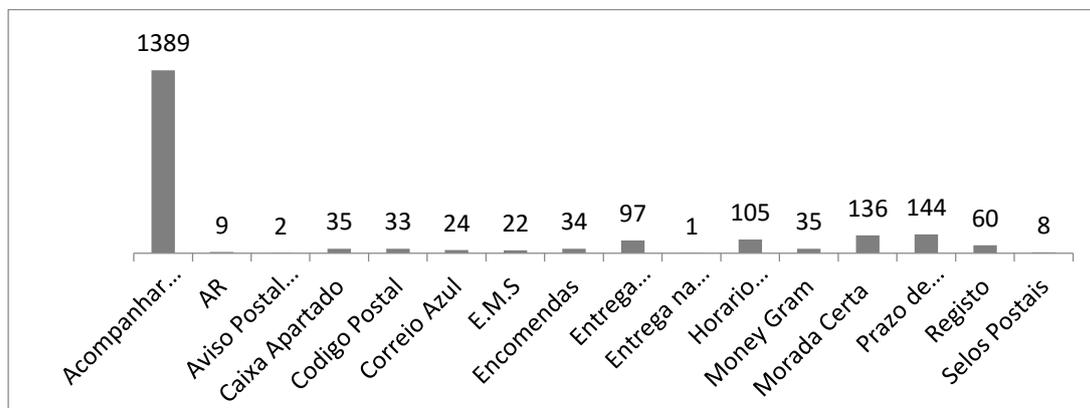
Quadro 6 – performance da distribuição

Desempenho na Distribuição (%)						
Dias				"Status"		
0 a 2	3 a 5	6 a 10	>10	Entregues	Devolvidos	Inseridos
73,5%	13,0%	7,1%	6,4%	72%	10,5%	17,5%

Deu-se continuidade às melhorias no departamento de apoio ao cliente. Este passou a ser feito em vários meios de comunicação: presencial, telefone, telemóvel, skype, facebook e instagram. Foi criada mais possibilidade para o cliente contactar os serviços dos correios, podendo pedir informações ou registar as suas reclamações.

Segue o quadro representativo das informações solicitadas pelos clientes em relação aos serviços que os Correios Prestam:

Quadro 7 - Pedidos de informação



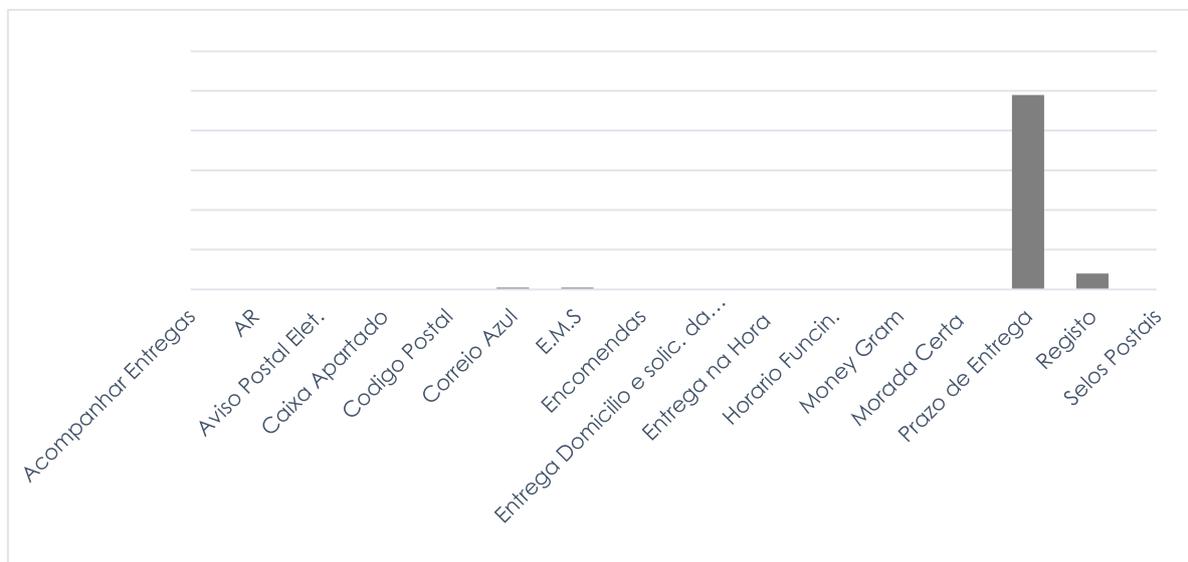
Os contactos recebidos são na sua maioria para saber informações relacionadas à localização dos objetos, seguido de informações sobre o prazo de entrega e

informação sobre o serviço morada certa. Outras informações têm suscitado interesse conforme apresenta o quadro acima.

Este tem permitido um contacto directo com os clientes, dando-lhes as informações e fazer com que sintam mais próximos dos correios. Isto de alguma forma tem uma repercussão positiva, porque permite tomar algumas medidas de melhoria pontuais e ajustes dos serviços às necessidades do cliente.

Por outro lado, verificou um aumento das reclamações, principalmente no que toca ao prazo de entrega dos Objetos.

Quadro 8 – Reclamações através do email



A maior parte dos contactos recebidos por via correio eletrónico, foram relativas ao cumprimento dos prazos de entrega. Existem ainda muitas falhas internas no que concerne ao tratamento dos Objetos postais, o que se justifica pelo aumento do tráfego provenientes das compras on-line, sistema operacional eficiente e falta de recursos humanos para processar os Objetos, visto que a maior parte do ciclo do processo produtivo é manual. Por outro lado, tem-se verificado algum atraso na receção dos Objetos, o que também condiciona o prazo de entrega.

Paralelamente ao serviço de gestão das informações do contact center, o departamento operacional, também auxilia neste processo, visto que recolhe todas as informações a serem repassadas ao cliente.

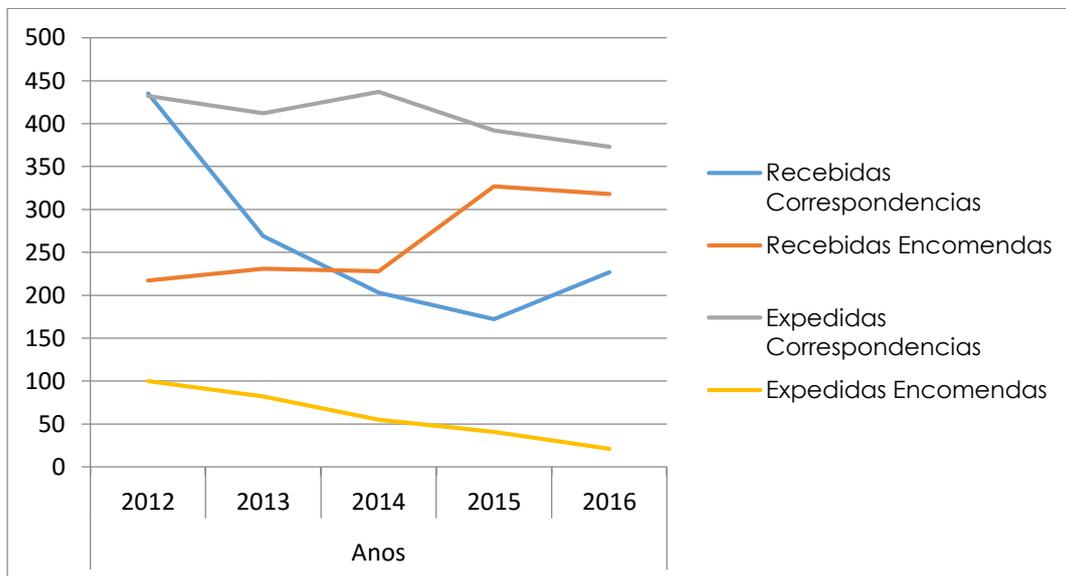


Em relação às reclamações recebidas, registou-se o seguinte de acordo com a categoria do objeto:

Quadro 9 – Reclamações relacionadas com Correspondências e Encomendas

Anos	RECEBIDAS						EXPEDIDAS					
	CORRESPONDÊNCIAS			ENCOMENDAS			CORRESPONDÊNCIAS			ENCOMENDAS		
	Qde	% Natureza		Qde	% p/Natureza		Qde	% p/Natureza		Qde	% p/Natureza	
		Dr	E		Dr	E		Dr	E		Dr	D
2012	435	99,3	0,7	217	100	0,0	432	97,9	2,08	100	100	
2013	269	98,9	1,1	231	100	0,0	412	98,0	2,0	82	99,0	1,0
2014	203	99,9	0,1	228	100	0,0	437	99,8	0,2	55	98,2	1,8
2015	172	98,3	1,7	327	100		392	100		41	98,8	1,2
2016	227	98,6	1,4	318	100		373	98,3	1,7	21	94,8	5,2
△ %	(+) 31,9			(-) 2,7			(-) 4,8			(-) 48,8		

Gráfico analítico das Reclamações de Correspondências e Encomendas

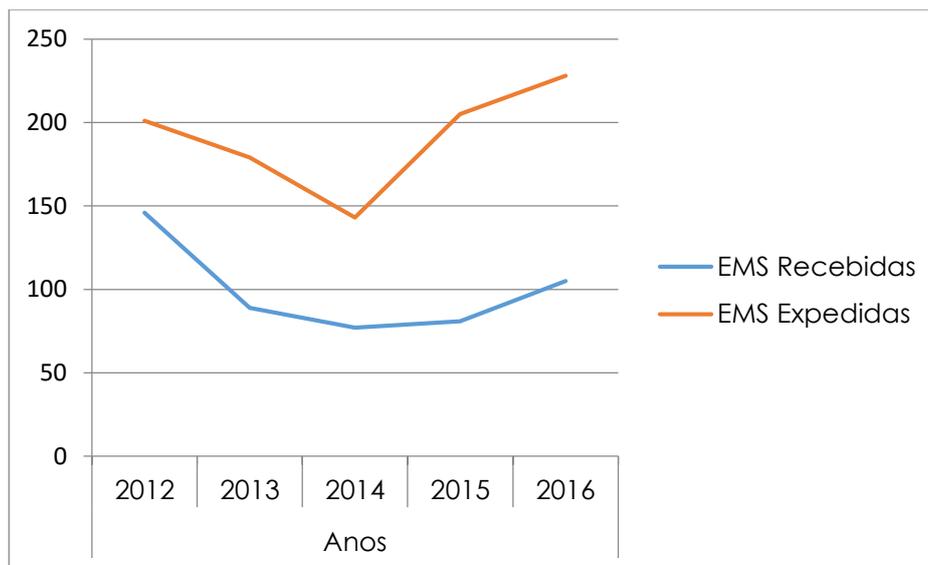


Conforme ilustra o quadro acima a maior parte das reclamações recebidas, tem como origem o atraso das transportadoras. Ou seja, tem-se registado um atraso substancial no que concerne ao envio dos Objetos postais, alegadamente por falta de disponibilidade principalmente em épocas altas. Estes atrasos condicionam também o cumprimento de prazos de entrega. Este tem sido ao longo dos anos um problema para o negócio postal.

**Quadro 10 – Reclamações relacionadas com o Correio Urgente e Prioritário EMS
e CORREIO AZUL**

ANOS	Qde	% Por Natureza				Qde	% Por Natureza			
		A	D	Dr	E		A	D	Dr	E
2012	146			100		201		95,8	4	0,2
2013	89			100		179		99,2	0,7	0,1
2014	77	1		99		143		99,8	0,1	0,1
2015	89	0,6		99,4		205		95	4,8	0,2
2016	105					228		94,3	5,6	0,1
%	(+) 18			100		(+) 11				

A-Avaria; **D-** Demora na distribuição; **Dr-** Demora no transporte e entrega; **E-** Extravio

Gráfico analítico das Reclamações do serviço EMS

O atraso na recepção dos objetos condiciona todo o serviço dos correios. Isto leva ao questionamento sobre a utilidade do serviço tido como prioritário e urgente, conforme mostra a análise do quadro acima.

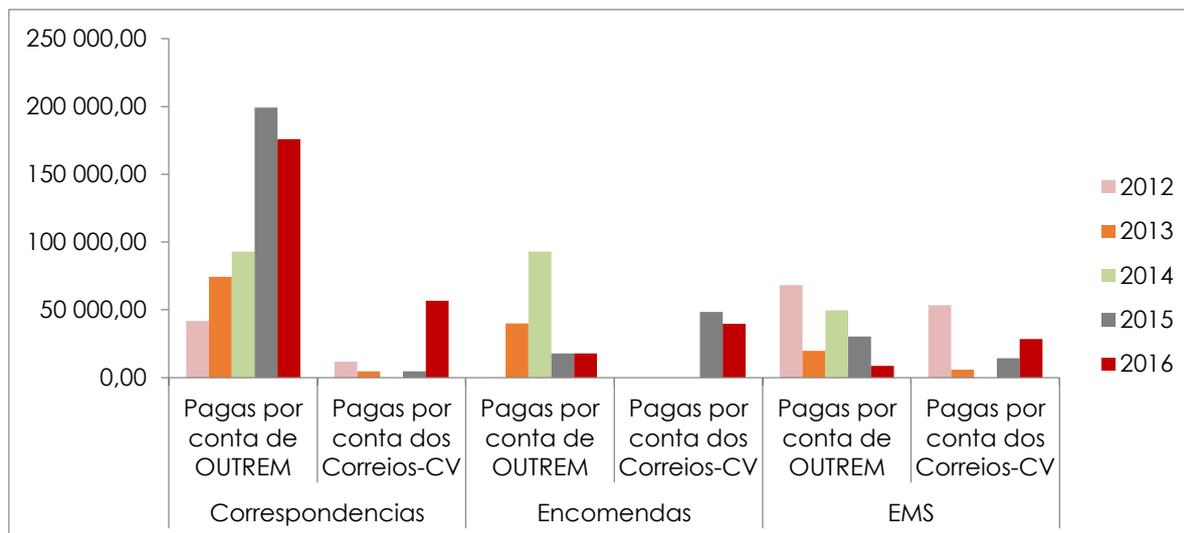
Segue o quadro comparativo dos valores das indenizações pagas, conforme a categoria dos Objetos. Nota-se uma diminuição dos valores pagos por conta de outrem, por outro lado um aumento dos valores pagos por conta dos correios.



Quadro 11 - Indemnizações a clientes

ANOS	CORRESPONDENCIAS		ENCOMENDAS		E M S	
	Pagas por conta de outrem	Pagas por conta dos CCV	Pagas por conta de outrem	Pagas p/ conta dos CCV	Pagas p/ conta de outrem	Pagas p/ conta dos CCV
2012	41 850,00	11 625,00			68 254,00	53 300,00
2013	74 400,00	4 650,00	40 000,00		19 670,00	5 916,00
2014	95 993,00		93 000,00		49 600,00	
2015	199 330,00	4 650,00	17 940,00	48 430,00	30 250,00	14 339,00
2016	175 926,00	56 765,00	17 940,00	39 830,00	8 600,00	28 450,00
%	(+) -11,74	(-)1 120,75	0,00	(+) -19,82	(+) -71,57	(-) 98,40

Gráfico analítico das indemnizações



Face a este cenário, a introdução de medidas de controlo interno poderá vir a colmatar algumas falhas existentes, que em alguns casos originam em indemnizações, por negligência no cumprimento dos procedimentos.

2.3. Filatelia

Em 2016 foram colocados em circulação os seguintes selos:

- IV Edição do Atlantic Music Expo – Abril – Selo Promocional - 60\$00
- VIIIª Edição do Kriol Jazz Festival – Abril – Selo Promocional – 60\$00
- IX Edição Kavala Fresk Festival – Julho – 60\$00
- Xº Aniversário da ANAC – Outubro – 60\$00
- Cesária Évora e “ Le Bataclan” Novembro – 1 Selo 60\$00+1 Bloco 150\$00



- Tubarão Azul (Parceria com a WWF) novembro – 4 selos X 60\$00 = 240\$00

Concurso - Concurso Epistolar, lançado em março de 2016 contou com a participação de alunos de idade compreendida entre o 9 e os 15 Anos, das 7 ilhas (não houve participação dos alunos das Ilhas de Boa Vista e Maio).

As vendas Filatélicas totalizaram o montante de 2 971 066\$00, referente a vendas de todos os produtos filatélicos de todas as agências.

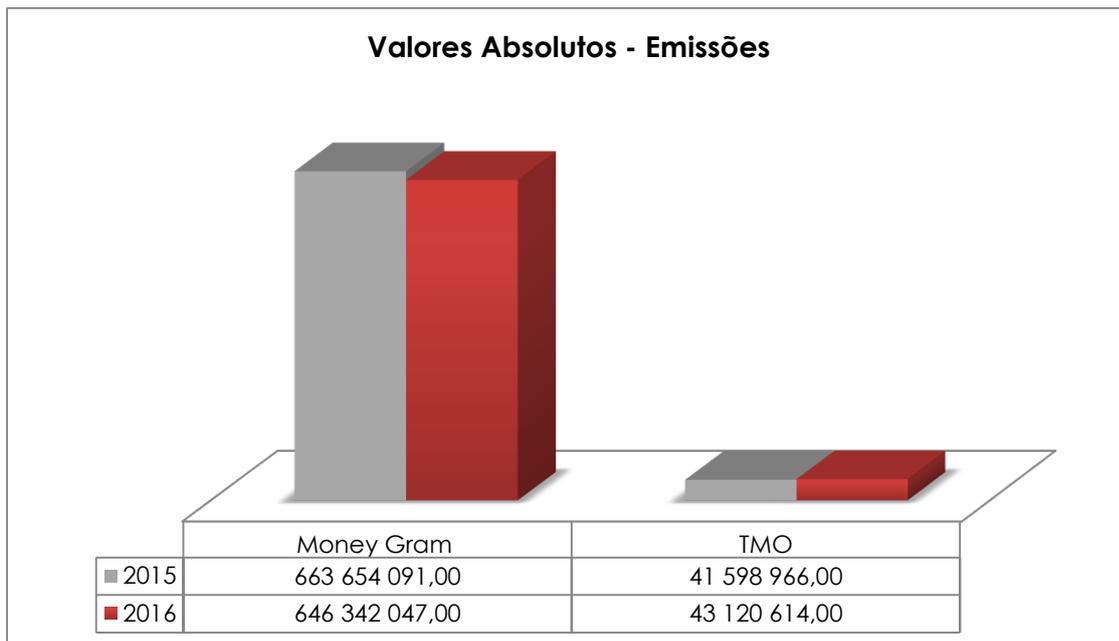
2.4. Serviços Financeiros

Não obstante o aumento da concorrência e a entrada de novos operadores no mercado, as transferências de dinheiro mantêm-se, como o serviço de maior rentabilidade, concorrendo com cerca de 13% para os rendimentos totais da empresa, 1% a mais que o valor ganho em 2015.

No que concerne à emissão, houve diminuição dos valores brutos transacionados da Money Gram em 3%, face ao ano 2015. Isto deveu-se a paralisação do serviço por um período de um mês, devido à fraude verificado no sistema. Por outro lado, registou-se diminuição da procura de alguns mercados como Guine Bissau. Este por ser considerado um país de alto risco, no sistema de controlo de compliance, algumas transações foram bloqueadas para averiguação, o que para o cliente foi um constrangimento enorme e descreditação do serviço.

Por outro lado, registou-se um pequeno aumento de 4% das emissões através da TMO e Eurogiro, visto que foi tido como alternativa ao serviço Money Gram no período de paralisação:

Quadro 12 – Emissões de vales

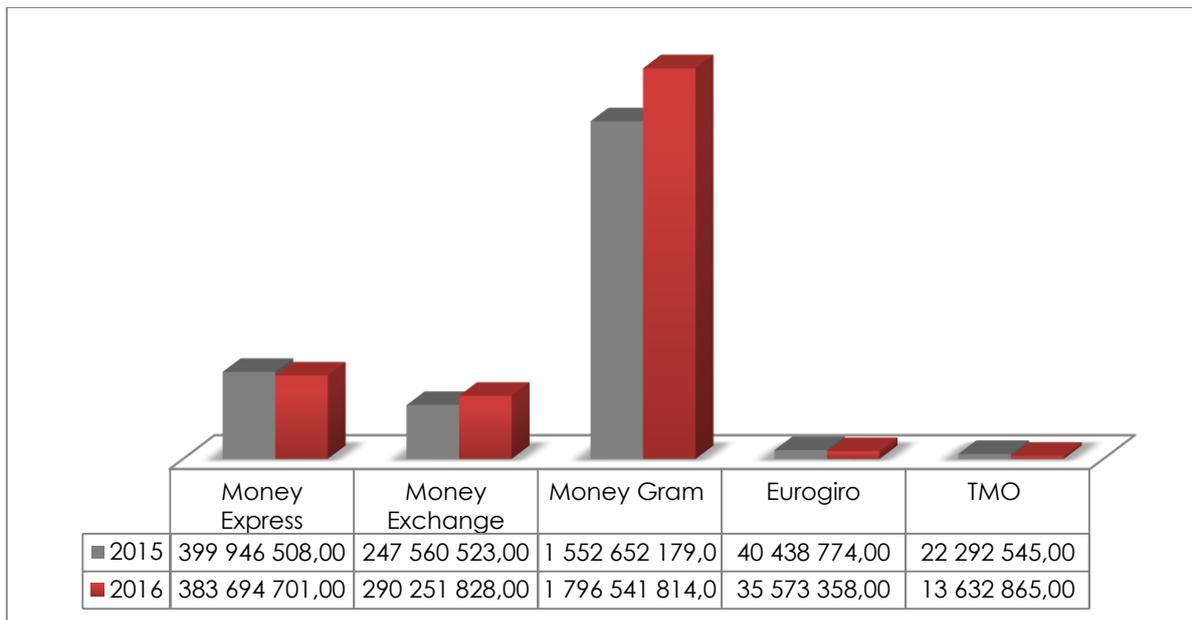




No que concerne aos pagamentos, verificou-se um aumento de 11% no valor absoluto total dos pagamentos comparativamente ao ano 2015, conforme o quadro seguinte, com destaque especial para o serviço da Money Gram que registou um aumento de 16% e Money Exchange de 17%.

O aumento da Money Gram teve como base a campanha promocional realizado durante o mês de setembro. Paralelamente à paralisação do serviço por período de um mês intensificou a procura do serviço Money Exchange, tida como alternativa.

Quadro 13 – Pagamentos de vales



Registou-se uma quebra 4% dos pagamentos provenientes Money Express, que se justifica pela suspensão do serviço, devido à falta de compensação dos valores pagos.

A Money Exchange registou um aumento 17%, contudo falta algum incentivo em marketing para aumentar as transações. Apesar de ser pouco conhecido a nível nacional, tem tido um aumento gradual anualmente. As maiores transações são da França e Itália, seguido da Holanda, Bélgica, Suíça e Espanha.

Money Gram continua a ser o meio mais utilizado, apesar dos constrangimentos verificados em 2016 e a diminuição da procura de alguns mercados.

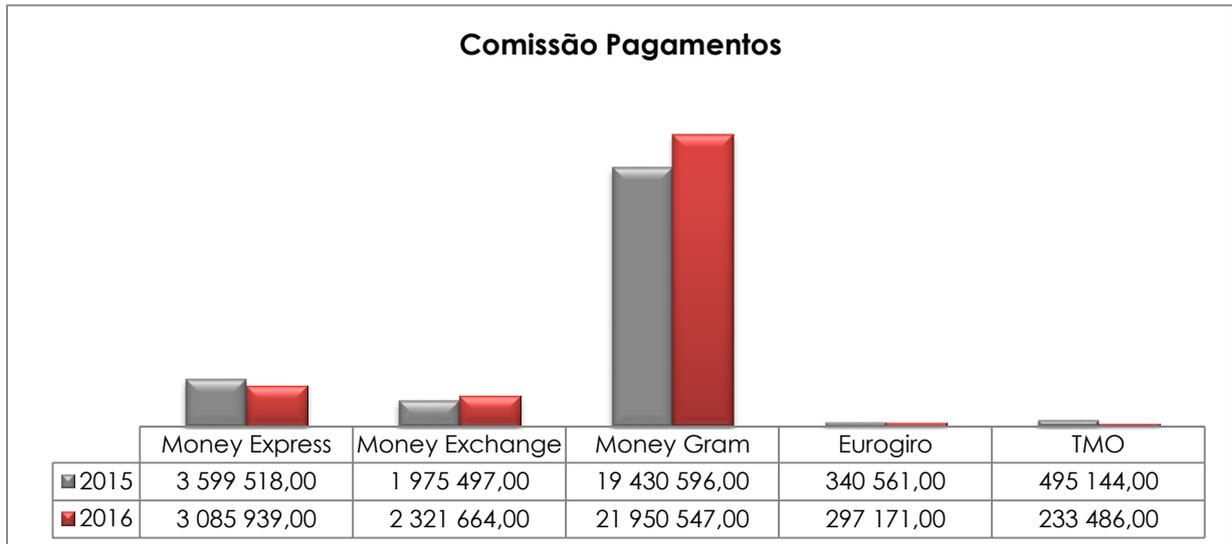
Em relação à receita recebida pelos CCV verifica-se o seguinte cenário: A Money Gram e a Money Exchange representam a modalidade com maior percentagem de comissão comparando o ano 2015 com 2016 – 13% e 18% respetivamente para as receitas da empresa. Em relação às Emissões verifica-se uma diminuição das receitas



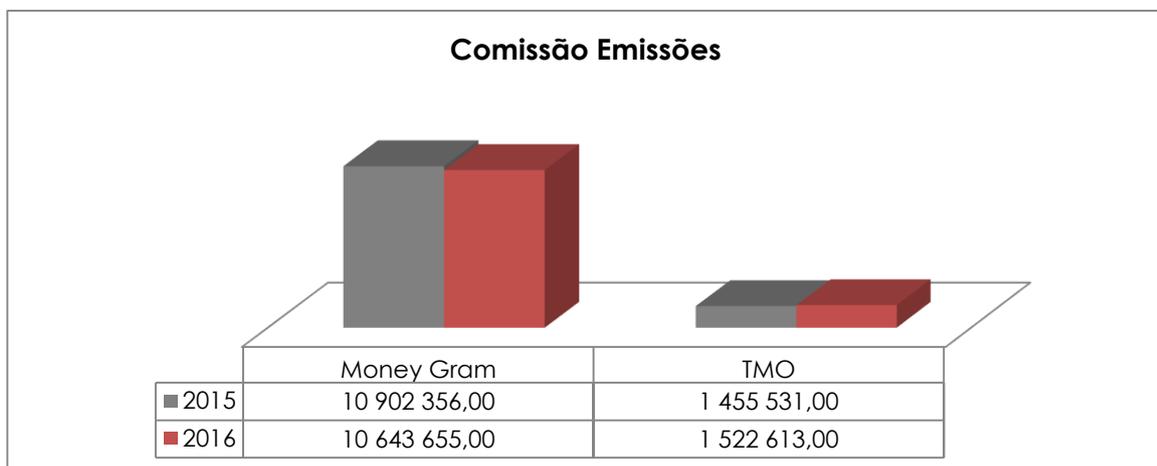
providentes da Money Gram em 2% e um aumento de 5% para o TMO. Esta variação justifica-se para paralisação do serviço de Money Gram por um período de um mês. Os clientes foram canalizados para o serviço alternativo.

Quadro 14 – Comissão de prestação de serviço de transferência

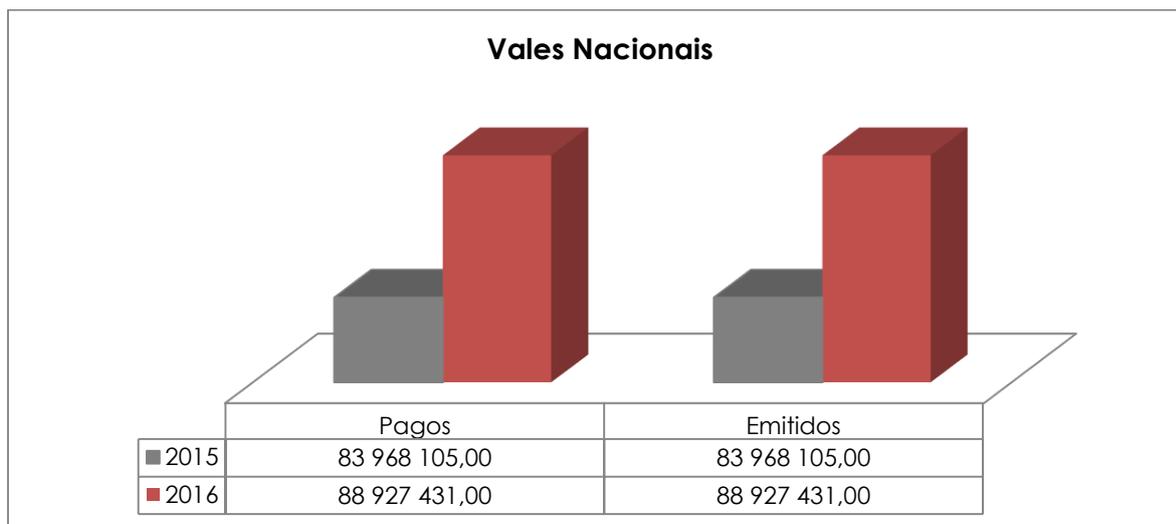
- Comissão de Pagamentos



- Comissão das Emissões



Os vales nacionais registaram um ligeiro aumento, o que prova ser um serviço que esta a ganhar alguma dimensão, conforme ilustra o quadro 4:

Quadro 15 - Vales electrónicos


Pensa-se que uma campanha nacional sobre a utilização deste serviço poderá ser interessante para fazer aumentar o seu uso. Este é maioritariamente utilizado nas agências com maior dimensão, e que atualmente têm horários alargados e alguns estão atualmente abertos aos sábados.

2.5. Prestação de Serviços a Terceiros

O serviço de prestação de serviços a terceiros contribuiu para 18% das receitas da empresa, permitindo desta forma rentabilizar a rede de balcões.

- **Prestação de serviço ao Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviárias – FAMR**

A prestação do serviço aos clientes bem como o processo de prestação de contas ao FAMR tem registado melhorias significativas. O valor da comissão desta prestação é fixo por ano.

- **Prestação de serviço ao Centro Nacional de Pensão Social**

Este tem sido um serviço rentável para os correios. No entanto, algumas melhorias devem ser implementadas no que concerne a forma como são feitos os pagamentos nas agências. É necessário ainda melhorar o sistema de prestação de contas, para o ganho entre os correios e o CNPS.

Quadro 16 – Resumo prestação de serviço ao CNPS

RESUMO	DADOS DA LISTAGEM		PENSIONISTAS QUE NÃO RECEBERAM		PENSIONISTAS QUE RECEBERAM		COMISSAO
	Nº Registos	Montante	Nº Registos	Montante	Nº Registos	Montante	
2015	256.137	1.258.679.100	2.087	6.167.875,00	254.050	1.248.224.600,00	20.324.000,00
2016	255.932	1.256.896.200	1.882	9.360.400,00	254.050	1.247.535.800,00	20.324.000,00



Neste momento, é necessário melhorar o processo de pagamento das pensões e a performance da entrega dos documentos bem como a devolução dos valores não pagos. O processo de envio das informações continua a registar os mesmos constrangimentos, face ao envio tardio dos documentos por parte das agências.

▪ **Cobrança de faturas da CVTelecom**

Continua-se a registar a diminuição de cobrança de 27% face ao ano 2015, por causa da diminuição do volume de faturação e utilização do serviço fixo, pelo aumento do número de lojas da CVTelecom e dos meios de pagamento disponíveis aos clientes.

Quadro 17 – Cobrança de faturas CVTelecom

Anos	Cobrança	Comissão	Desvio
2015	238.153.174	11.769.497,6	-27%
2016	190 515 807,0	8 541 772,7	

Prestação de serviço à Garantia

Para a prestação do serviço à Garantia recebe-se uma comissão de 10% sobre valor cobrado + 6.000\$00 fixo de despesas comunicação. Em algumas agências o custo desta prestação é superior ao valor recebido. No entanto, em outras agências o custo é inferior o que contrabalança os custos advenientes.

Quadro 18 – Cobrança de Seguro – Automóvel e Acidente de Trabalho

Ano	QUANT.	VALOR-SOA	QUANT.	VALOR-SOAT	COMISSÃO	V.FIXO
2015	1 038	7 977 816,00	495	626 187,00	638 125,70	576 000,00
2016	2 746	13 350 814,00	717	1 295 480,00	1 464 629,40	576 000,00

Cobrança de fatura de Electra

O sistema de cobrança das faturas de Electra está instalado nas agências de Coculi, Órgãos, Picos e Cidade Velha. Registou-se uma diminuição das receitas provenientes da comissão recebida, menos 13% comparando com o valor ganho em 2015.

Necessário se torna implementar uma política de marketing e reforço nos pontos de pagamento para aumentar o valor das receitas. O quadro seguinte ilustra a diminuição das comissões recebidas, numa análise comparativa dos dois anos:



Quadro 19 – Cobrança de Faturas da Electra

Ano	Qtd	Montante	Comissão 50\$00/fatura cobrada	DESPESAS IMPRESSÃO
2015	15 837	35 701 166,00	791 850,00	14 730,00
2016	13 781	27 091 844,00	689 050,00	12 912,00

Pagamento de pensionistas das Finanças

Por outro lado, registou-se um aumento dos números de pensionistas pagos pelas finanças, o que também se traduz no aumento do valor das comissões – 71%, conforme ilustra o quadro seguinte:

Quadro 20 – Pagamentos pensões das Finanças

ANO	Inscritos	Valor	Não Pagos	Valor	Pagos	TOTAL	COMISSAO
2015	556	4 019 860,00	6	24 760,00	550	3 995 100,00	44 000,00
2016	951	7 067 653,00	13	128 594,00	938	6 939 059,00	75 040,00

▪ **Cobrança de Imposto**

Em 2015 o processo foi interrompido, visto que o sistema de prestação de contas não era instantâneo. O atual sistema de cobrança utilizado é mais eficaz em termos de prestação de contas, no entanto as receitas para os correios só são de 40% sobre o valor total das comissões, ou seja, apenas corresponde a nossas receitas – 62.440\$00.

Urge para tanto rever o contrato com a empresa detentora da aplicação, visto que as receitas atuais não cobrem os custos associados ao serviço.

Quadro 21 – Cobrança de imposto – DUC

ANO	IMPOSTOS		COMISSAO
	Qde	VALOR	
2015	1.625	22.952.171,00	243.750,00
2016	446	9.831.779,00	62.440,00

▪ **Prestação serviço à Alfândega**

O aumento do tráfego dos Objetos postais no circuito postal, se traduz no aumento dos despachos e consequentemente o valor da comissão a favor dos correios. O aumento do tráfego incide na sua maioria em pequenas encomendas e compras de provenientes do comércio eletrónico. Este aumento reflete em 21% face ao ano homólogo.



Quadro 22 – cobrança bilhetes despachos

ANO	ALFANDEGA		COMISSAO
	Qtd	Montante	
2015	1 565	23 899 578,00	2 389 957,80
2016	2 015	28 977 382,00	2 897 738,20

▪ **Cobrança de faturas da IFH**

A prestação do serviço de cobrança de faturas da IFH deu início em 2016, sendo o valor de comissão 50\$ por cada fatura cobrada. Urge aqui também rever o contrato da prestação de serviço.

3. Desenvolvimento do Negócio

Para fazer cumprir um dos objetivos estratégicos, durante o ano 2016 foram estabelecidos quarenta (40) novos contratos de prestação de serviço, divididos entre a prestação de serviço tradicional e o de comércio eletrónico nacional.

Foram realizados contactos comerciais com objetivo de intensificar as vendas dos produtos e serviços e feitas ações de seguimento, de forma a se perceber o grau de interesse e satisfação dos clientes no que tange a utilização dos serviços.

Fez-se a gestão e o tratamento das reclamações, pedidos de informação sobre as funcionalidades do serviço, o que permitiu introduzir algumas melhorias no que toca ao processo de atendimento e facilidades.

Todas essas intervenções foram importantes, permitindo melhorar aspetos que estavam a causar algum desconforto, dúvida e preocupação na utilização dos serviços.



Recursos Humanos



4. Recursos Humanos

A empresa tem feito um grande esforço para diminuir o número de trabalhadores através do programa de reforma antecipada. Desde o início do programa, em finais de 2014, foram colocados em reforma-antecipada 23 trabalhadores, sendo que 17 continuam ainda no programa e 6 já passaram para situação de reformados pelo INPS, por limite de idade.

Entretanto, para contrabalançar essas saídas temos vindo a contratar à Soluções Qualidade, empresa de cedência de pessoal, trabalhadores que já atingiram um número acumulado de 16 trabalhadores, com um custo actual de cerca de 700.000\$00/mês."

Assim a 31 de Dezembro de 2016, os Correios contavam com um total 187 colaboradores efetivos, dos quais 169 no ativo e 18 em reforma antecipada.

Aos 169 no ativo acresce ainda um total de 16 colaboradores em regime de contrato de cedência de pessoal, solução adotada pela empresa para fazer face às saídas para pré-reforma. Trata-se de uma solução com a mesma garantia de qualidade e menor custo e que dá uma maior flexibilidade na gestão do pessoal nas áreas de atendimento e operacional.

Houve uma variação importante em termos de efetivos. Os CCV passaram de 199 no final de 2015 para 187 trabalhadores no final de 2016. Uma taxa de redimensionamento de (-6%),

A idade média dos trabalhadores dos CCV no final de 2016 ficou em 48 anos. Há, como se pode ver, maior concentração nas faixas entre os 51 e 60 anos, correspondendo cerca de 42% da mão-de-obra. Quase metade dos recursos humanos da empresa está nesse intervalo. A faixa etária que vai dos 18 aos 30 anos manteve praticamente igual em relação ao ano 2015, explicada pelo zero entradas em 2016. A empresa conta com apenas 10% dos trabalhadores dentro desta faixa etária, um indicador claro da baixa taxa de incidência de juventude. Entre os 18 e 40 anos de idade, o peso é de 30,5%, o que confirma a afirmação anterior, pois, apenas 1/3 ocupa essa faixa. O resto, ou seja, 2/3 estão com 40 ou mais anos de idade.



Acima dos 55 anos, aproximando da idade de aposentação, há cerca de 23,5% de efectivos, ou seja, 44 trabalhadores. Entretanto, nos próximos 5 anos cerca de 41 trabalhadores estarão a deixar a empresa, por limite de idade, com maior incidência feminina, cujo número está a volta de 29 trabalhadoras, oportunidade que a empresa terá de refrescar a sua mão-de-obra, tendo em vista que isso representará cerca de 22% dos efetivos.

Desses trabalhadores entre os 55 e 65 anos, 18 já se encontram na pré-reforma.

Dos 187 trabalhadores da Empresa no final de 2016, 59 tinham habilitações literárias de 4ª ou 6ª classe, o que corresponde cerca de 31,5% do total dos trabalhadores, tendo verificado uma ligeira diminuição em relação ao ano anterior, cujo número estava situado em 64. Um comportamento bastante rígido na estrutura habilitacional dos CCV, embora com tendência decrescente. Se colocarmos a nossa análise até 8º ano, essa taxa assume um valor de cerca de 38%, com uma ligeira variação negativa, em relação ao ano anterior, que estava em 38,2%. Explicando melhor, cerca de 38% do universo dos trabalhadores tem apenas até 8º ano de escolaridade. Essa estatística poderá ter alguma melhoria a partir do momento que um número considerável de trabalhadores entre para a reforma. As melhorias habilitacionais tendem a ser bastante rígidas em relação ao tempo, pois as habilitações de baixo nível estão concentradas nos trabalhadores com mais de 45 anos de idade.

No ano de 2016 poucas ações de formação foram realizadas. Destacamos a formação no IPS-POST que foi ministrada em todas as Agências por causa da migração do IPS-LIGHT para IPS-POST. Das ofertas formativas externas no país destacamos a formação no âmbito da contratação pública em que participaram 2 técnicos superiores.

Quadro 23 – Formação no país

PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NO PAÍS			
Ano	quadros superiores	quadros de exploração, administrativos e carteiros	chefias das agências
2016	10	34	0
2015	12	10	2



Análise Económica e Financeira



5. Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pelos CCV S.A., bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016. Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas apresentadas.

As demonstrações financeiras foram apuradas de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) que entrou em vigor através do Decreto-Lei 5/2008 de 4 de Fevereiro com o objetivo de acompanhar os desenvolvimentos havidos nas diretivas internacionais.

Este exercício foi marcado pela melhoria do resultado líquido e pelo agravamento dos indicadores económicos e financeiros.

5.1. Situação Económica

Resultados

Os CCV, SA, encerraram o exercício económico de 2016 com um resultado líquido negativo de 12.350 contos, contra o montante de 34.188 contos negativo do ano anterior, o que representa um acréscimo de 63.88% (21.838 contos), face ao ano de 2015.

O EBITDA atingiu o valor de 12.016 contos positivos contra o valor de 8.290 contos negativos do ano anterior representando um aumento de 20.306 contos.

O resultado operacional em 2016 foi de 19.164 contos negativos contra 42.330 contos negativos em de 2015, o que traduz uma diminuição de 54.73%. (23.166 contos).

Este resultado ficou a dever-se, sobretudo, à redução dos gastos e perdas.

No quadro seguinte estão representados a evolução dos resultados dos últimos três anos.



Quadro 24 – Demonstração de Resultados

(com valores expressos em contos)

RUBRICAS	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ% 16/15
Vendas e Prestações de serviços	250 705	237 429	237 663	13 275	5,59
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	30 410	63 805	16 095	(33 395)	-52,34
Subcontratos	(11 968)	(11 424)	(12 226)	(544)	4,77
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	(10 772)	(11 701)	(9 922)	929	-7,94
Resultado operacional bruto	258 373	278 109	231 610	(19 736)	-7,10
Fornecimentos e serviços externos	(72 492)	(71 545)	(69 478)	(947)	1,32
Valor acrescentado bruto	185 881	206 564	162 132	(20 683)	-10,01
Gastos com o pessoal	(196 000)	(211 359)	(231 682)	15 359	-7,27
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1 580	(7 719)	(3 740)	9 299	-120,47
Provisões (aumentos/reduções) imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8 044	1 139	(50 272)	6 905	606,08
Aumentos/reduções de justo valor	1 868		(101)	1 868	100,00
Outros rendimentos e ganhos	28 460	30 090	74 507	(1 631)	-5,42
Outros gastos e perdas	(17 817)	(15 491)	(16 557)	(2 327)	15,02
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos	12 016	(8 290)	(65 713)	20 306	-244,95
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	(31 180)	(34 040)	(30 412)	2 860	-8,40
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)	(19 164)	(42 330)	(96 125)	23 166	-54,73
Juros e ganhos similares Obtidos	7 380	8 702	8 345	(1 322)	-15,19
Juros e perdas similares suportados	(566)	(559)	(238)	(6)	1,11
Resultado antes de Impostos	(12 350)	(34 188)	(88 018)	21 838	-63,88
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	(12 350)	(34 188)	(88 018)	21 838	-63,88



Rendimentos e Ganhos

Os Rendimentos e ganhos apresentam a seguinte composição de acordo com a sua natureza

Quadro 25 – Rendimentos e Ganhos

Rendimentos e Ganhos	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ% 16/15
Vendas de Produtos	7.946	7.253	8.812	693	9,55
Serviços Correios	138.323	126.279	123.685	12.044	9,54
Vales Postais/Transferências	43.171	41.051	39.750	2.120	5,16
Serviços Telefónicos	2.803	3.511	4.177	(708)	-20,17
Serviços de Terceiros	58.462	59.336	61.239	(874)	-1,47
Rendimentos Suplementares	18.059	17.892	18.490	167	0,93
Rendimentos nos Investimentos Financeiros	37.800	69.641	86.229	(31.841)	-45,72
Variação das Provisões	9.624	1.139		8.485	100,00
Outros Rendimentos	4.878	6.362	4.308	(1.484)	-23,33
Ganhos de financiamento	7.380	8.702	8.345	(1.322)	-15,19
Total	328.446	341.166	355.035	(12.720)	-3,73

Os rendimentos e ganhos globais sofreram uma redução de 3.73% face ao período homólogo. As rubricas Serviços dos Correios, Transferências e Vendas de produtos aumentaram 9.54%, 5.16% e 9.55% respetivamente.

A rubrica Variação das Provisões compreende o aumento das provisões em 5.934 contos referentes a pré- reforma negociada com 1 trabalhador em 2016, 2.199 contos referentes ao efeito anual do desconto e a redução de 16.177 contos referentes a pagamentos de pré-reforma efetuados em 2016 e a recuperação de um crédito no valor de 1.588 contos.

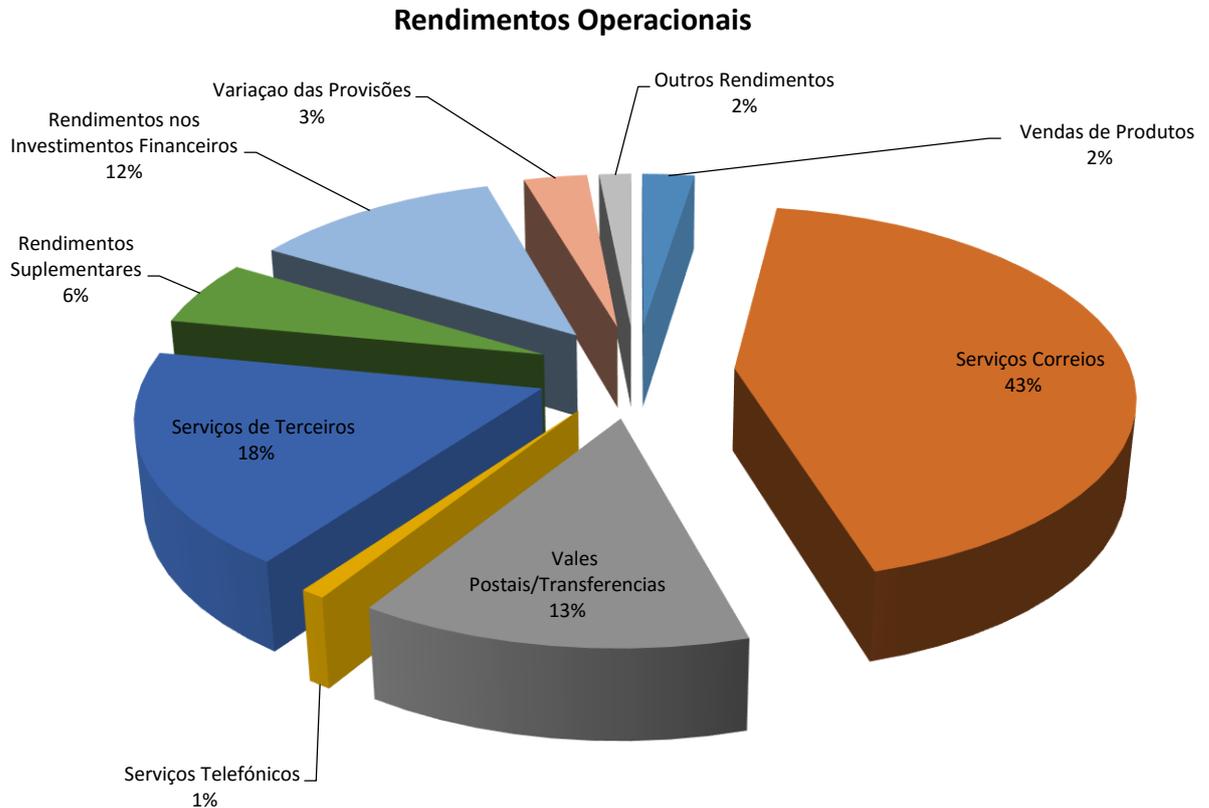
Em 2016, verifica-se uma redução nos investimentos financeiros em 45.72% devido ao impacto da diminuição dos resultados líquidos da Caixa Económica de Cabo Verde.

Os rendimentos provenientes de Serviços Telefónicos, Serviços de Terceiros e outros rendimentos decresceram 708 contos (20.17%), 874 contos (1.47%) e 14.84 contos (23.33%) respetivamente, em relação ao ano anterior.

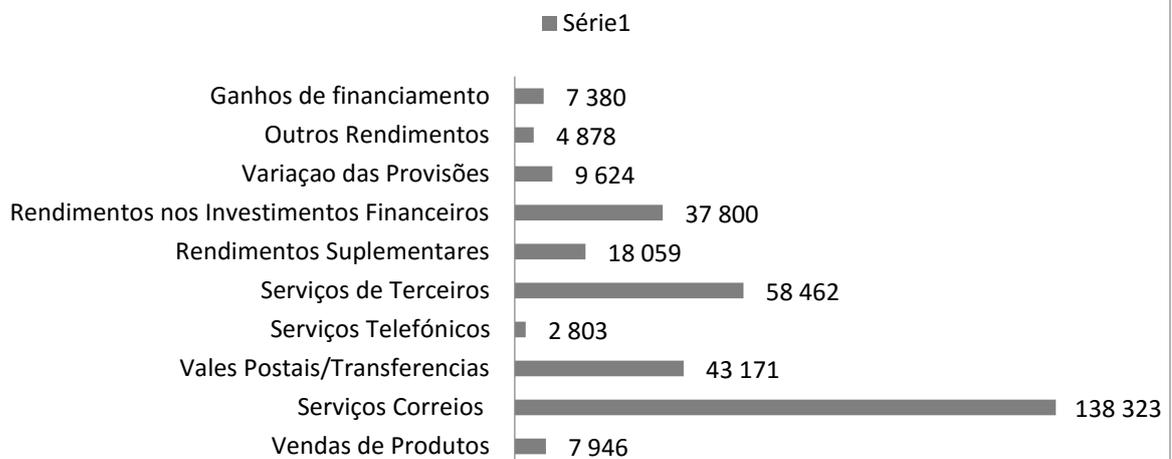
Compõe a rubrica de serviços de Correios os serviços prestados com envio e receção e distribuição de correspondências, encomendas postais e Express Mail e

a rubrica de Serviços de Terceiros as comissões pela prestação de serviços a Instituições e Empresas, a saber: Centro Nacional de Pensões, Cabo Verde Telecom, Garantia, Direção Geral das Alfandegas, Electra, Caixa Económica de Cabo Verde, Fundo Autónomo e Manutenção Rodoviária, Caixa Geral e Novo Banco.

Os gráficos abaixo espelham o peso de cada uma das rubricas no cômputo total.



Rendimentos e Ganhos Valor em contos





É de destacar que os rendimentos provenientes dos serviços dos Correios continuam sendo aqueles que mais contribuem para o volume de negócio da empresa, constituindo em 2016 43% dos rendimentos totais.

Importa referir a significativa dependência da empresa em relação aos rendimentos provenientes de Serviços de Terceiros, e de Investimentos Financeiros, os quais representam 30% dos rendimentos totais.

Gastos e Perdas

Os Gastos e Perdas em 2016, atingiram o valor de 340.579 contos, face aos 375.353 contos de 2015, registando uma redução de 34.558 contos (-9.26%). Contribuíram para este decréscimo as seguintes rubricas: Gastos com o pessoal em 15.359 contos, Imparidades em empresas associadas em 11.515 contos e Gastos de depreciação em 2.860 contos. Há um aumento dos gastos nas rubricas Fornecimento e Serviços Externos em 721 contos, dos Subcontratos em 544 contos e outros gastos e perdas em 2.336 contos.

Os Gastos e Perdas totais apresentam a seguinte composição de acordo com a sua natureza:

Quadro 26 – Gastos e Perdas

Gastos e perdas	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ% 16/15
Gastos mercad. Mat. Consumo	10.772	11.701	9.922	(929)	-7,94
Subcontratos	11.968	11.424	12.226	544	4,76
Fornecimentos e Serviços Terceiros	72.492	71.545	69.478	947	1,32
Gastos com o Pessoal	196.000	211.359	231.682	(15.359)	-7,27
Gastos de Depreciação	31.180	34.040	30.412	(2 860)	-8,40
Perdas por imparidade		7.719	3.740	(7.719)	-100,00
Provisões			50.272	-	
Gastos por redução de justo valor			101	0	
Imparidades em investimentos financeiros		11.515	18.425	(11.515)	-100,00
Outros Gastos e Perdas	17.817	15.491	16.557	2 326	15,02
Perdas de financiamento	566	559	238	7	1,25
Total	340.795	375.353	443.053	(34 558)	-9,21



Gastos de Mercadorias Vendidas e Consumidas: Os gastos de Existências Vendidas e Consumidas diminuíram em 929 contos em relação ao ano anterior.

Subcontratos: Esta rubrica aumentou em 4.76%, ou seja, cerca de 544 contos reflexo da correção das estimativas dos anos anteriores referentes aos serviços prestados as Administrações Postais.

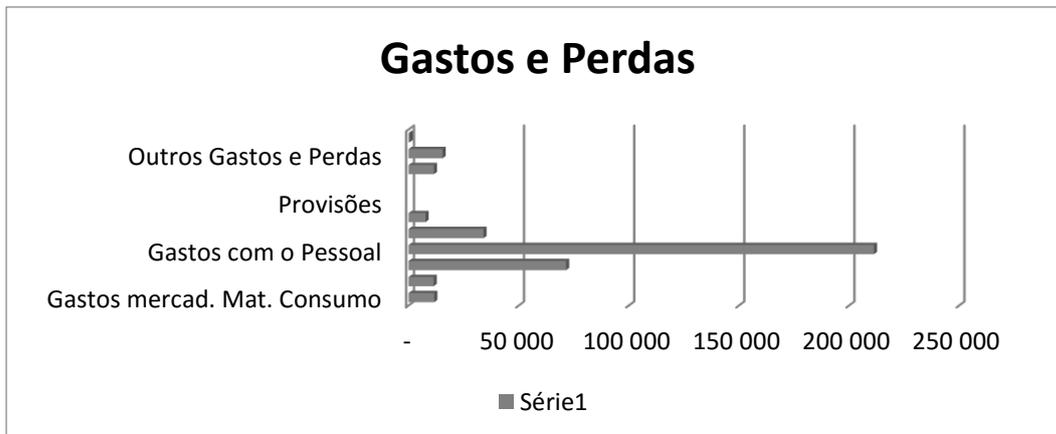
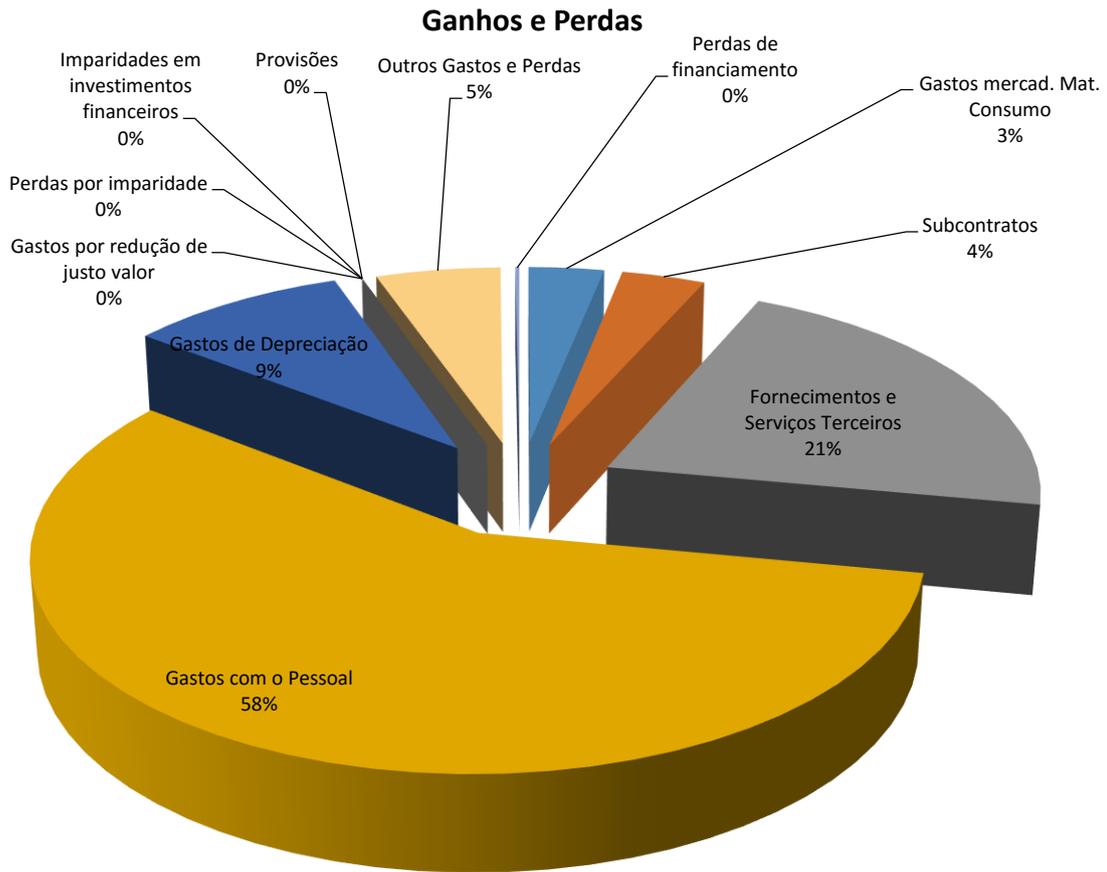
Fornecimento e Serviços de Terceiros: O Fornecimentos e Serviços de Terceiros evidenciaram um aumento em relação ao ano anterior de 1%. Sendo as rubricas que mais contribuíram para este aumento: Conservação e reparação (1.992) contos, Trabalhos especializados (3.459 contos) e transporte de malas 1.702 contos.

Gastos com o Pessoal: Os Custos com o Pessoal em 2016 representaram 58% do total dos Gastos e atingiram o valor de 196.000 contos. Acusaram uma redução de 15.359 contos (7.27%) contos relativamente ao ano anterior justificado pelo impacto do programa de pré-reforma, e pela saída de 12 pessoas, por diversos motivos.

Outros Gastos e Perdas: esta rubrica registou um aumento de 2.326 contos em relação ao ano. Inclui o valor de 1.645 contos referente ao apuramento da tributação autónoma nos termos do novo CIRPC).

Perdas de Financiamento: nesta rubrica estão registados os juros suportados relativamente ao financiamento obtido.

O gráfico abaixo apresentado ilustra o peso de cada componente na estrutura dos gastos em 2016, destacando o peso dos Gastos com o Pessoal, com 58%, e do Fornecimento e Serviços de Terceiros, com 21%, e as Depreciações com 9%.





2. Situação Financeira e Patrimonial

Quadro 27 – Balanço Patrimonial

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015	2016	2015	2014	Δ 16/15	
(Valores Expressos em milhares de Escudos)	Valores	Valores	Valores	Valores	%
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	207.188	211.917	240.667	-4.729	-2,23
Ativos intangíveis	5.160	9.683	12.230	(4 523)	-46,71
Participações financeiras - MEP	637.014	627.679	600.679	9.335	1,49
Participações financeiras — outros métodos	42.879	41.011	41.011	1 868	4,55
Outras contas a receber			1.121	0	
Outros activos financeiros	4.000	4.000	4.000	0	0,00
Total do ativo não corrente	896.241	894.290	899.708	1.951	0,22
Ativo corrente					
Inventários	20.028	18.676	22.821	1 352	7,24
Contas a receber	199.782	172.812	157.807	26.970	15,61
Diferimentos	283	308	260	(25)	-8,12
Outros ativos financeiros	42.000	22.000	16.500	20 000	90,91
Caixa e depósitos bancários	173.524	194.382	202.564	(20 858)	-10,73
Total do ativo corrente	435.617	408.178	399.952	27.439	6,72
Total do ativo	1.331.857	1.302.468	1.299.660	29 389	2,26
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital realizado	300.000	300.000	300.000	0	0,00
Reservas	694.173	694.173	694.173	0	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros	294.912	277.471	261.377	17 441	6,29
Resultados transitados	(532 339)	(480 711)	(395 857)	(51 628)	10,74
Resultado líquido do período	(12 350)	(34 188)	(88 018)	21 838	-63,88
Total do capital próprio	744.396	756.745	771.675	(12 349)	-1,63
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	31.050	39.853	40.646	(8 803)	-22,09
Financiamentos Obtidos				0	
Total do passivo não corrente	30.050	39.853	40.646	(8 803)	-22,09
Passivo corrente					
Contas a pagar	508.975	483.955	470.131	25 020	5,17
Adiantamentos de clientes	1.443	923	779	520	56,34
Financiamentos Obtidos	34.010	14.520	7.395	19.490	134,23
Diferimentos	11.983	6.472	9.034	5 511	85,15
Total do passivo corrente	556.411	505.870	487.339	50.669	10,02
Total do passivo	587.462	545.723	527.985	41 738	7,65
Total do capital próprio e do passivo	1.331.857	1.302.468	1.299.660	29 389	2,26



Regista-se em 2016 um aumento do ativo não corrente, no valor de 1.951 contos (0.22%), quando comparado com o ano de 2015, conforme se evidencia no quadro acima.

O ativo corrente aumentou em 27.439 contos (6.72%) em relação ao ano 2015, justificado pelos aumentos das rubricas das contas a receber em 26.970 contos e outros ativos financeiros em 20.000 contos e pela redução das disponibilidades em 20.858 contos.

Em consequência, em 2016, o ativo líquido, que atingiu o valor de 1.331.857 contos, evidenciou um crescimento de 2.26% (29.389 contos) face ao período homólogo anterior.

Em 2016, o passivo da empresa aumentou em 41.738 contos, justificado essencialmente pelo aumento das contas a pagar em 25.020 contos e dos financiamentos obtidos em 19.490 contos.

O capital próprio sofreu uma queda de 1.63% correspondente ao resultado líquido negativo do exercício de 2016. De notar que os Capitais Próprios representam 56% do ativo da empresa.

No quadro abaixo estão indicados alguns indicadores económicos e financeiros.

Quadro 28 – Rácios Financeiros

RÁCIOS FINANCEIROS	2016	2015	2014
Liquidez Geral	0,80	0,82	0,80
Liquidez Reduzida	0,82	0,80	0,77
Autonomia Financeira	0,56	0,58	0,59
Solvabilidade	1,27	1,39	1,46
Fundo de Maneio	(120.794)	(97.692)	(87.387)
Endividamento	0,44	0,42	0,41
RACIOSECONOMICOS	2016	2015	2014
Rentabilidade Operacional das Vendas	-0,08	-0,18	-0,40
Rentabilidade Operacional do Ativo	-0,01	-0,03	-0,07
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-0,016	-0,044	-0,114
CashFlow	18.830	(148)	(57.606)
VAB	185.881	206.564	162.132

Analisando os rácios verifica-se a degradação dos indicadores financeiros e uma ligeira melhoria nos rácios económicos. Os rácios de liquidez, solvabilidade e autonomia financeira que se situaram em 0.82, 1.26% e 56% demonstram que a empresa enfrenta dificuldade em suprir os seus compromissos de curto prazo.



Importa referir que o VAB reduziu 20.683 contos, passando de 206.564 contos para 185.881 contos.

6. Perspetivas futuras

As tendências recentes verificadas no setor postal nacional, particularmente com a entrada de novos concorrentes, e de acordo com a tendência dos mercados internacionais, bem ainda face aos fatores exogéneos incontrolláveis pela empresa, o atual Conselho de Administração (CA), em linha com as estratégias para modernização da empresa CCV e que vise a sua sustentabilidade no mercado de forma sólida e capaz de responder com eficiência e eficácia as necessidades da sociedade, decorrente de varias reflexões realizadas até presente data, identificaram-se linhas orientadoras e de resposta, visando o aumento da competitividade perseguindo os seguintes eixos estratégicos:

1. Redução de custos e gastos operacionais em pelo menos 9%, com base em reformas e reconfiguração de procedimentos administrativos;
2. Aumento das receitas operacionais e extra operacionais em pelo menos 14%;
3. Diversificação do portfólio de produtos e serviços;
4. Expansão, com forte perspetiva de internacionalização por meio de oferta de novos serviços;
5. Melhoramento do clima social corporativo;
6. Preparação da empresa para sua certificação futura no âmbito dos ISOs inerentes à Qualidade, Segurança e Controlo interno;
7. Novo figurino de gestão património físico tangível (edifícios e terrenos);
8. Promover a revisão do quadro regulamentar, eliminando as barreiras para a revisão tarifaria da competência da Regulação (ANAC);
9. Renovação do parque informático e tecnológico;

Notas explicativas:

Ponto 1 – Respeitante a este ponto o CA prevê estabelecer e introduzir mecanismos de controlo e sensibilização no sentido de contenção de gastos operacionais gerais, bem como redução de custos inerentes à produção e comercialização de produtos, em média, em aproximadamente 15% para os próximos 3 (três) anos;



Pontos 2, 3 e 4 – O CA ciente das dificuldades que o setor postal atravessa a nível global, bem como os riscos inerentes face à concorrência e alternativas em matéria de novas e múltiplas ofertas de produtos e serviços, preconiza reformar o core business dos CCV, com aposta na incorporação de novos serviços, designadamente aposta forte em logística, envolvendo transporte de grandes cargas e encomendas a nível nacional e internacional, como por exemplo a exploração do serviço de “Transitário a nível internacional”; pois a aposta assenta fundamentalmente em aumentar as receitas em cerca de 25% para o mesmo período, tendo em atenção a aposta em marketing e exploração de novos serviços nomeadamente Transitário, Projeto Carteiro do Estado (proposta que estabelece um contrato de parceria entre os CCV e o Estado mediante contrato de exclusividade na utilização dos serviços postais, bem como toda a distribuição de documentação do Estado por meio de alocação de carteiro exclusivo - sedeedo nas instalações físicas dos ministérios e outras dependências do Estado); por último a aposta em transporte de cargas domesticas via navios e o reforço da exploração do serviço de e-commerce e transferência de dinheiro que têm vindo a aumentar a nível geral a uma taxa exponencial;

5 – Tendo em atenção o grau de motivação e satisfação dos colaboradores perante o modelo de gestão reinante na empresa nos últimos anos, com repercussões direta no nível de produtividade e reflexos no resultado corporativo, o atual CA prevê definir um conjunto de melhorar o índice de satisfação e motivação dos colaboradores em pelo menos 75%, apostando em melhorias de condições ergonómicos de trabalho, incentivos, promoções e reclassificações, convívios, formação, enquadramento laboral, entre outros;

Ponto 6 – Dada a fragilidade e as vulnerabilidades do sistema de controlo interno da empresa CCV, tendo em consideração a necessidade de se preparar a empresa para novos desafios em matéria de prestação de serviços de terceiros com maior segurança e qualidade a que se exige face a atual conjuntura concorrencial, o CA enteu de extrema importância começar a preparar a empresa criando as condições de segurança, qualidade e reforço de o sistema de controlo, com vista não só a melhoria da sua performance interna, mas também visando a sua certificação futura no âmbito dos ISOs inerentes à Qualidade, Segurança e Controlo interno;

Ponto 7 – Tendo em consideração o significativo parque de património físico tangível que os CCV possuem a nível nacional e constitui uma mais valia para o valor da empresa, com reflexos positivo no seu balanço patrimonial, o atual CA entende dar uma nova roupagem a gestão desses ativos, sob um modelo diferente de exploração dos mesmos por meio de um serviço autónomo de gestão imobiliária que passa pela exploração de arrendamentos, alienações e utilização racional pela própria empresa CCV;



7. Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a todas pessoas e entidades que colaboraram com os CCV neste exercício económico, em especial:

Aos clientes que depositaram a sua confiança ao preferirem os nossos serviços.

Ao Auditor Externo e aos Órgãos Sociais pela confiança, apoio e colaboração prestados.

A todos os colaboradores pela dedicação e empenho demonstrados ao longo dos anos.



8. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2016 é de 12.350 contos negativos;

Considerando que nesse resultado estão incluídos 30.410 contos positivos relacionados com resultados imputáveis à participação financeira detida na Caixa Económica de Cabo Verde, valorizada segundo o Método de Equivalência Patrimonial;

Considerando que a Caixa Económica, na sua Assembleia Geral realizada no dia 27 de Abril de 2017, deliberou distribuir 40% dos resultados líquidos de 2016, cabendo aos Correios 12 223 contos;

Em consequência, o Conselho de Administração decidiu propor à Assembleia Geral dos Acionistas que o resultado líquido de 2016 seja aplicado como se segue:

Resultados transitados 30 537 contos negativos

Lucros não distribuídos..... 18 187 contos positivos

Conselho de Administração:

Presidente,

Dra. Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira

Administrador Executivo,

Dr. Cipriano Semedo Soares de Carvalho

Administrador Não Executivo,

Dr. Almiro Leonidas Almeida Rocha



9. Anexos

9.1. Demonstrações Financeiras

9.1.1. Balanço

CORREIOS DE CABO VERDE, SARL			
NIF: 200252208			
Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau			
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015			
(Valores Expressos em milhares de Escudos - mESC)			
RUBRICAS	Data de referência		
	Notas	31/12/2016 Valores	31/12/2015 Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	3	14 963	14 963
Edifícios e outras construções		159 412	176 885
Equipamento básico		88	14
Equipamento de transporte		11 071	7 837
Equipamento administrativo		18 377	8 225
Outros activos fixos tangíveis		763	1 170
Propriedades de investimento			
Terrenos e recursos naturais			
Edifícios e outras construções	4	2 514	2 823
Activos intangíveis			
Projectos de desenvolvimento	5	5 160	9 683
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6	637 014	627 679
Participações financeiras — outros métodos	6	42 879	41 011
Outros activos financeiros	7	4 000	4 000
Total do activo não corrente		896 241	894 290
Activo corrente			
Inventários			
Mercadorias	8	13 236	13 228
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		6 792	5 448
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores	9	33 989	33 059
Estado e outros entes públicos	16	904	176
Outras contas a receber	10	4 430	2 776
Diferimentos	11	160 459	136 801
Outros activos financeiros	34	283	308
Caixa e depósitos bancários	7	42 000	22 000
	12	173 524	194 382
Total do activo corrente		435 617	408 178
Total do activo		1 331 857	1 302 468
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	300 000	300 000
Reservas legais		40 923	40 923
Outras reservas		653 250	653 250
Ajustamentos em activos financeiros		294 912	277 471
Resultados transitados		(532 339)	(480 711)
Resultado líquido do período		(12 350)	(34 188)
Total do capital próprio		744 396	756 745
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	31 050	39 556
Total do passivo não corrente		31 050	39 556
Passivo corrente			
Fornecedores	15	39 128	27 122
Adiantamentos de clientes	9	1 443	923
Estado e outros entes públicos	16	12 523	11 167
Accionistas/sócios	17	5 322	5 322
Financiamentos obtidos	18	34 010	14 520
Outras contas a pagar	19	436 716	425 817
Provisões	14	15 285	14 824
Diferimentos	20	11 983	6 472
Total do passivo corrente		556 411	506 167
Total do passivo		587 462	545 723
Total do capital próprio e do passivo		1 331 857	1 302 468
A Direcção da Unidade Financeira		O Conselho de Administração	
Eunice G. da Luz Barbosa		Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira /Presidente/	
		Cipriano Semedo Soares de Carvalho /Administrador Executivo/	
		Almiro Leônidas Almeida Rocha /Administrador não Executivo/	



9.1.2. Demonstração de resultados

CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E

1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
	2016		2015
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	21	250 705	237 429
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	22	30 410	63 805
Subcontratos	23	(11 968)	(11 424)
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	24	(10 772)	(11 701)
Resultado operacional bruto		258 373	278 109
Fornecimentos e serviços externos	25	(72 492)	(71 545)
Valor acrescentado bruto		185 881	206 564
Gastos com o pessoal	26	(196 000)	(211 359)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 e 11	1 580	(7 719)
Provisões (aumentos/reduções)	14	8 044	1 139
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	6	-	(11 515)
Aumentos/reduções de justo valor	6	1 868	-
Outros rendimentos e ganhos	27	28 460	30 090
Outros gastos e perdas	28	(17 817)	(15 491)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		12 016	(8 290)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	29	(31 180)	(34 040)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		(19 164)	(42 331)
Juros e ganhos similares Obtidos	30	7 380	8 702
Juros e perdas similares suportados		(566)	(559)
Resultado antes de impostos		(12 350)	(34 188)
Imposto sobre o rendimento do período	31	-	-
Resultado líquido do período		(12 350)	(34 188)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(12 350)	(34 188)
Resultado por acção básico (Esc)	32	(41)	(114)

A Direcção da Unidade Financeira

Eunice G. da Luz Barbosa

O Conselho de Administração

Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira
/Presidente/

Cipriano Semedo Soares de Carvalho
/Administrador Executivo/

Almiro Leonidas Almeida Rocha
/Administrador não Executivo/



9.1.3. Demonstração de Alterações de Capital Próprio

CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Largo Pinheiro Chagas, 27 - Praia

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital						Total	Total de Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados Transitados	Resultado líquido do período		
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	300 000	40 923	653 250	261 376	(395 856)	(88 018)	934 567	771 675
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO									
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros		-	-	-	-	19 259	-	19 259	19 259
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(34 188)	(34 188)	(34 188)
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	19 259	(34 188)	(14 929)	(14 929)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	3								
OUTRAS OPERAÇÕES									
Aplicação dos resultados do período anterior	13	-	-	-	16 096	(104 114)	88 018	-	-
	4	-	-	-	16 096	(104 114)	88 018	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2015	1+2+3+4	300 000	40 923	653 250	277 471	(480 711)	(34 188)	919 638	756 745
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	300 000	40 923	653 250	277 471	(480 711)	(34 188)	919 638	756 745
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO									
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(12 350)	(12 350)	(12 350)
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	-	(12 350)	(12 350)	(12 350)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	3								
OUTRAS OPERAÇÕES									
Aplicação dos resultados do período anterior	13	-	-	-	17 439	(51 627)	34 188	-	-
	4	-	-	-	17 439	(51 627)	34 188	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2016	1+2+3+4	300 000	40 923	653 250	294 912	(532 339)	(12 350)	907 288	744 396

A Direção Administrativa e Financeira

Eunice G. da Luz Barbosa

O Conselho de Administração

Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira

Presidente

Cipriano Semedo Soares de Carvalho

Administrador Executivo

Almiro Leonidas Almeida Rocha

Administrador Não Executivo



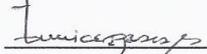
9.1.4. Demonstração de fluxos de Caixa

CORREIOS DE CABO VERDE, SARL
NIF: 200252208
Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E
1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO	
	2016	2015
	Notas	Valores
Método Directo		
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	210 073	186 370
Pagamentos a fornecedores	(84 184)	(81 646)
Pagamentos ao pessoal	(165 821)	(170 724)
Caixa gerada pelas operações	(39 932)	(66 000)
Outros recebimentos	5 397 442	5 210 578
Outros pagamentos	(5 412 249)	(5 201 198)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(54 738)	(56 585)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(8 224)	(645)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis / Propriedades de investimentos	540	7 630
Outros activos	70	1 851
Subsídios ao investimento	8 583	-
Juros e rendimentos similares	8 347	8 775
Dividendos	25 349	29 762
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	34 665	47 337
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	227 820	186 383
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(217 729)	(179 258)
Juros e gastos similares	(275)	(559)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	9 816	6 566
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(10 258)	(2 682)
Caixa e seus equivalentes no início do período	220 382	223 064
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12 210 125	220 382

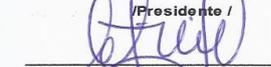
A Direcção da Unidade Financeira


Eunice G. da Luz Barbosa

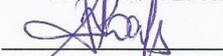
O Conselho de Administração


Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira

/Presidente /


Cipriano Semedo Soares de Carvalho

/Administrador Executivo /


Almiro Leónidas Almeida Rocha

/Administrador Não Executivo/



9.2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A sociedade anónima de capitais públicos, CORREIOS DE CABO VERDE, SARL (adiante designada por CORREIOS ou Sociedade), foi criada pelo Decreto-lei nº 9-A/95 de 16 de Fevereiro, que determinou, enquadrado no Programa de Reestruturação do Sector Empresarial do Estado, a cisão da então Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) em duas sociedades distintas de acordo com as suas duas actividades principais: Correios, fundamento para constituição desta mesma sociedade, e Telecomunicações, actividade afectada à sociedade Cabo Verde Telecom, SARL.

O Estado Caboverdiano detém a totalidade do capital social da Sociedade.

Nos termos dos seus Estatutos, publicados em anexo ao Decreto-Lei acima referido, o objecto dos CORREIOS compreende a exploração do serviço público de correios no território nacional e dos serviços postais de Cabo Verde com o estrangeiro e ainda a execução de convenções, acordos e regulamentos internacionais conexos.

A actividade de correios abrange todo o território Caboverdiano, nas áreas de tráfego postal, correio acelerado e serviços financeiros postais. Os CORREIOS têm vindo progressivamente a desenvolver novos produtos no domínio dos serviços financeiros, nomeadamente (i) o pagamento a pensionistas das FAIMO, da Função Pública, da Vivo Energy Cabo Verde em S. Vicente e de alguns pensionistas da Caixa Nacional de Pensões de Portugal por conta da Caixa Geral de Depósitos, (ii) a prestação de serviços à Caixa Económica de Cabo Verde relativos a abertura de contas caderneta, depósitos, levantamentos, transferência de fundos, pagamentos de vencimentos e pensões e ainda a venda de impressos nos locais onde esta instituição financeira não dispõe de Delegação, (iii) a prestação de serviços à ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SARL e GARANTIA – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL relativos, respectivamente, a cobrança de facturas e venda de selos de seguros, (iv) a prestação de serviços ao Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária, relativos, essencialmente, a devolução das taxas de manutenção rodoviária, etc. Em 2000, a Sociedade aderiu ao serviço de emissão de vales por via electrónica, denominado Eurogiro, entre Cabo Verde e Portugal e, em 2001, com Luxemburgo e Suíça, tendo sido posteriormente alargado a outros países.



Em 2006, a Sociedade aderiu ao serviço de transferência de dinheiro por via electrónica, denominado por TMO – Tele-Money Order, entre Cabo Verde e Portugal

Em 2010, a Sociedade aderiu aos serviços de transferências de dinheiro por via electrónica, denominado por Money Express, Money Gram e Money Exchange, entre Cabo Verde e outros países.

Em 2013, a Sociedade passou a prestar serviços de transferência de dinheiro por via electrónica, a nível nacional.

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 15 de Junho de 2017.

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações

Com excepção das aquisições do ano de 1995 a 2016, mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de factura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, os restantes bens que integram os activos fixos tangíveis da Sociedade encontram-se registados pelo valor que lhes foi atribuído aquando da cisão, com base nos registos contabilísticos da extinta Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o gasto do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.



As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	4%
Equipamento básico	10% - 20%
Material de carga e transporte	12,5% - 16,66%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Outros activos fixos tangíveis	10% e 25%

Os activos fixos tangíveis doados à Sociedade por terceiros são apresentados nas respectivas rubricas com contrapartida na rubrica Subsídios para investimentos (ver Nota 20), sendo depreciados na mesma base e às mesmas taxas que os restantes bens de natureza idêntica adquiridos pela Sociedade, sendo o respectivo gasto compensado em outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27), pela redução, em igual montante, da rubrica Subsídios para investimentos.

Os terrenos e activo tangível em curso não são objectos de depreciação.

1.2 Propriedades de investimento e depreciações

Compreendem edifícios em arrendamento e encontram-se valorizados ao custo de aquisição. Por se considerar imaterial o efeito da avaliação não se procedeu à determinação do justo valor.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. A taxa utilizada foi de 4%.

1.3 Activos intangíveis e amortizações

Compreendem gastos com implementação do circuito ADSL e projectos de informatização dos balcões. São amortizados pelo método das quotas constantes, em base anual, em três e cinco anos, respectivamente.

1.4 Imparidade de activos

Os activos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um activo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).



1.5 Inventários e ajustamentos

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física integral e exaustiva. Os critérios valorimétricos adoptados resumem-se como segue:

- As mercadorias e matérias-primas e subsidiárias de consumo são mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor, acrescido de gastos adicionais de compra.
- Os inventários de material filatélico, constituídos por selos emitidos nos anos de 1996 a 2016, encontram-se mensurados ao custo médio de aquisição desses anos, tendo o custo médio de cada ano sido apurado pela totalidade das compras do ano, independentemente da espécie do selo.

O apuramento dos consumos é determinado segundo o método do custo médio.

As perdas de valor em inventários, apuradas por referência a critérios de avaliação técnico-comercial, são objecto de ajustamento por imparidade (ver Nota 8).

1.6 Investimentos financeiros

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas na Nota 6. Naquelas em que a Sociedade detém controlo ou exerce influência significativa, os investimentos encontram-se valorizados de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial. Nas restantes manteve-se a valorização ao custo de aquisição, dado não serem títulos cotados e não ter sido determinado o justo valor. Havendo valor da cotação, este é utilizado para a valorização.

Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

1.7 Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor actual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 9 e 11).

Os riscos efectivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objecto de ajustamento por imparidade.

1.8 Caixa e Depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

1.9 Capital Próprio

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.10 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respectivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2010 a 2016 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base tributável.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.



Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.11 Provisão para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.12 Reconhecimento do rédito

Os rendimentos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

1.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo accionista.

1.14 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

(i) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as transacções com o estrangeiro e (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos, contraídos junto do BCA e do Novo Banco, vencem juros à taxa fixa, pelo que este risco é reduzido dado não se perspectivar que as taxas de juros de mercado venham a baixar. Não existem "swaps" de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e outros devedores e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito.

(iv) Risco de liquidez

A Sociedade tem apresentado um rácio de liquidez positivo, pelo que esse risco é reduzido.



1.15 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transacção. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

1.16 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

1.17 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras contas a pagar (ver Nota 19).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.18 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

Na Nota 12 é apresentada a conciliação do saldo de Caixa e depósitos bancários no Balanço e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS



Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2016 e 2015 nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2015							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 589	48 675	180 460	5 667	761 375
Depreciação acumulada	-	(310 626)	(6 575)	(36 877)	(165 589)	(4 170)	(523 837)
Valor escriturado	14 963	194 395	14	11 799	14 870	1 496	237 537
VARIAÇÕES EM 2015							
Valor líquido inicial	14 963	194 395	14	11 799	14 870	1 496	237 537
Aquisições	-	-	-	-	1 375	84	1 459
Alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	(6 137)	-	-	(6 137)
Alienações-depreciação acumulada	-	-	-	5 127	-	-	5 127
Depreciação do exercício	-	(17 510)	-	(2 952)	(8 020)	(409)	(28 891)
Valor líquido	14 963	176 885	14	7 837	8 225	1 170	209 095
Correcções/Anulações	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 589	42 538	181 835	5 751	756 695
Depreciação acumulada	-	(328 136)	(6 575)	(34 701)	(173 610)	(4 580)	(547 602)
Valor escriturado	14 963	176 885	14	7 838	8 225	1 170	209 095
VARIAÇÕES EM 2016							
Valor líquido inicial	14 963	176 885	14	7 838	8 225	1 170	209 095
Aquisições	-	-	75	5 586	15 950	-	21 610
Alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(17)	(544)	(1 751)	-	(2 313)
Alienações-depreciação acumulada	-	-	17	544	1 751	-	2 313
Depreciação do exercício	-	(17 472)	(2)	(2 351)	(5 798)	(407)	(26 030)
Valor líquido	14 963	159 412	88	11 072	18 377	763	204 676
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 647	48 124	197 785	5 751	775 993
Depreciação acumulada	-	(345 608)	(6 559)	(37 052)	(179 408)	(4 988)	(571 319)
Valor escriturado	14 963	159 412	88	11 071	18 377	763	204 674

As aquisições compreendem, essencialmente, (i) em Equipamento administrativos, computadores e servidores adquiridos no âmbito da reestruturação do Data Center (mESC 4 802), equipamentos micro informáticos (mESC 4 842) e equipamentos de rede de comunicação (mESC 2 338) e (ii) em Equipamentos de transporte, duas viaturas Ford (mESC 5 478).

NOTA 4 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento dizem respeito aos edifícios em arrendamento. Encontram-se mensurados ao custo de aquisição e decompõem-se como segue (em mESC):

	2016				2015			
	Custo Aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Custo Aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Edifícios								
Rábil	2 433	10	2 367	66	2 433	10	2 324	109
Palmarejo	3 500	158	2 182	1 318	3 500	158	2 024	1 476
ASA	4 200	140	3 070	1 130	4 200	140	2 963	1 237
	<u>10 133</u>	<u>308</u>	<u>7 619</u>	<u>2 514</u>	<u>10 133</u>	<u>308</u>	<u>7 311</u>	<u>2 823</u>

Devido ao facto de se considerar o seu efeito imaterial não foi determinado o justo valor destes activos.

**NOTA 5 - ATIVOS INTANGÍVEIS**

O saldo compreende, essencialmente, investimentos relacionados com o upgrade do Sistema SIA (mESC 12 859), (ii) com o projecto Código de Identificação Postal – CPI (mESC 1 665) e aquisições do ano 2016 de softwares (mESC 318) deduzido das depreciações do ano 2016 (mESC 4 841) e do ano 2015 (mESC 4 841).

NOTA 6 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se nos quadros seguintes as informações relativas às participações financeiras valorizadas segundo (i) o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e (ii) o custo de aquisição ou justo valor.

Participação valorizada segundo o MEP

Em 2016 o saldo refere-se exclusivamente à participação de 15% detida na Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), com sede na Praia. A Sociedade exerce influência significativa nesta associada por via de participação no Conselho de Administração. Até 2014 a participação de 12,5% no Novo Banco era também valorizada segundo o MEP. No exercício de 2015, por não ter acompanhado o aumento de capital deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária do Novo Banco, os Correios passaram a deter apenas 7.35% do capital social desta participada. Tendo perdido a influência significativa por via de participação no Conselho de Administração, a participação deixou de ser valorizada segundo o MEP.

Os movimentos resumem-se como segue:

	mESC		Total Participação
	CECV	Novo Banco	
Saldo em 31.12.2014	589 165	11 515	600 680
Dividendos recebidos em 2015	(25 290)	-	(25 290)
Transferencia de MEP para Outros métodos	-	(11 515)	-
Quota parte nos resultados de 2015	63 805	-	63 805
Saldo em 31.12.2015	627 679	-	627 679
Dividendos recebidos em 2016	(21 075)	-	(21 075)
Quota parte nos resultados de 2016 (ver Nota 22)	30 410	-	30 410
Saldo em 31.12.2016	637 014	-	637 014

Participações valorizadas ao custo de aquisição e ao justo valor (valor de cotação)



	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Justo valor em 31.12.16</u>	<u>Imparidades</u>	<u>Saldo em 31.12.16</u>	<u>Justo valor em 31.12.15</u>	<u>Saldo em 31.12.15</u>
Cabo Verde Telecom, Sarl	25 300	n/a	-	25 300	n/a	25 300
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	9 000	n/a	-	9 000	n/a	9 000
Novo Banco	11 515	n/a	(11 515)	-	n/a	-
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	14 226	8 579	-	8 579	6 711	6 711
	<u>60 041</u>	<u>8 579</u>	<u>-</u>	<u>42 879</u>	<u>6 711</u>	<u>41 011</u>

n/a- não aplicável

Todas as participadas têm sede na Praia.

A participação na Sociedade Caboverdiana de Tabacos encontra-se valorizada ao preço da cotação na Bolsa de Valores, o qual em 31 de Dezembro de 2016 era de mESC 3,8 (2015: mESC 3), tendo originado ganhos de mESC 1 868, registados na rubrica de Aumentos/Reduções de justo valor.

Conforme referido acima, a Sociedade detém à data do balanço uma participação de 7,35% no Novo Banco, com valor contabilístico nulo por força dos resultados negativos apurados pelo banco, que veio a ser objecto de resolução em março 2017.

Os dividendos recebidos destas participadas em 2016 relativos ao exercício de 2015 e em 2015 relativos ao exercício de 2014 resumem-se como segue (ver Nota 27):

	<u>mESC</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cabo Verde Telecom, SARL	1 248	1 365
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	2 878	3 076
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	1 396	1 396
	<u>5 522</u>	<u>5 837</u>

As informações financeiras das participadas resumem-se como segue (em mESC):

	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Capital próprio</u>	<u>Resultado líquido</u>
Caixa Económica de Cabo Verde	62 240 792	58 526 185	3 714 607	202 730
Cabo Verde Telecom, Sarl	10 467 625	3 857 951	6 609 674	50 266
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	2 900 377	1 798 346	1 102 031	115 184
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	952 992	109 037	843 955	216 542



NOTA 7 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Compreendem depósitos a prazo no Banco Comercial do Atlântico e no Novo Banco, sendo (i) mESC 4 000, não disponível para uso no curto prazo por se encontrar cativo a título de caução e de garantia a favor do Tribunal Judicial da Comarca São Vicente, para fazer face a um processo judicial levantada por um ex-funcionário dos CORREIOS (ver Nota 14) e (ii) mESC 42 000 (2015: mESC 22 000) penhorados a título de garantia bancária do empréstimo conta corrente caucionada (ver Nota 18).

NOTA 8 - INVENTÁRIOS

	mESC	
	2016	2015
Mercadorias		
Material postal	7 437	7 566
Material filatélico (valores postais)	4 964	4 812
Caixas de correio	1 269	1 269
Cupões de resposta	96	111
Perdas por imparidades acumuladas	(530)	(530)
	<u>13 236</u>	<u>13 228</u>
Materiais de consumo	7 049	5 706
Perdas por imparidades acumuladas	(258)	(258)
	<u>6 792</u>	<u>5 448</u>
	<u>20 028</u>	<u>18 676</u>

As perdas por imparidades acumuladas não tiveram qualquer movimento nos exercícios de 2016 e 2015. O saldo à data do balanço é considerado adequado para fazer face a perdas potenciais de valor nos inventários, calculadas com base em critérios de avaliação técnico-comercial.



NOTA 9 – CLIENTES

		mESC	
		2016	2015
Saldos devedores			
Direcção Geral do Património	(i)	10 582	10 339
Electra	(ii)	7 323	6 442
CECV		3 351	4 035
Jornal "A Semana"	(iii)	2 694	2 569
Novo Banco		1 024	773
FAMR		900	900
Município dos Órgãos		490	2 346
BCA		476	922
Outros		11 502	10 666
		<u>38 342</u>	<u>38 992</u>
Perdas por imparidades acumuladas	(iv)	<u>(4 353)</u>	<u>(5 933)</u>
		<u>33 989</u>	<u>33 059</u>
Saldos credores			
Adiantamentos de clientes		<u>1 443</u>	<u>923</u>

(i) Direcção Geral do Património (DGP)

Entre os Correios e o Ministério das Finanças existem vários contratos e protocolos que regulam os vários serviços prestados pelos Correios como são os casos de (i) arrendamento de um espaço em Santa Maria, (ii) arrendamento de um espaço ao MTIE, (iii) prestação de serviços relativos às pensões sociais, às cobrança de impostos, ao envio de correspondências nacionais e para o estrangeiro e aos pagamentos de pensões das FAIMO.

O saldo em 31 de Dezembro de 2016 resulta do valor de mESC 10 339 transitado de 2015 acrescido de serviços prestados no exercício no valor total de mESC 3 305, dos quais foram liquidados mESC 3 062, ficando um saldo remanescente de mESC 10 582 pendente de liquidação à data do Balanço.

(ii) Electra

O saldo corresponde às facturas de expedição de correspondência. O saldo em 31 de Dezembro de 2016 resulta do saldo transitado de 2015 no valor de mESC 6 442 acrescido de facturação relativa ao ano de 2016 no montante de 2 206 deduzido dos pagamentos efectuados no montante de mESC 1 325.



(iii) Jornal “A Semana”

O saldo desta rubrica representa (i) o remanescente da dívida de serviços postais prestados ao Jornal A Semana, transitado de exercícios anteriores no montante de mESC 2 569 e (ii) facturação relativo ao exercício de 2016, no montante de mESC 125. Por se afigurar de cobrança duvidosa foi reconhecida perda por imparidade para o saldo antigo.

(iv) Perdas por imparidade acumuladas

As perdas por imparidade não registaram qualquer movimento no exercício de 2016. O saldo em 31 de Dezembro de 2016 é considerado adequado tendo por referência critérios de gestão e de avaliação comercial.

NOTA 10 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Saldo devedor)

O saldo resulta (i) do valor de mESC 2 776 transitado de 2015, respeitante, essencialmente, à liquidação provisória e ao excesso de liquidação do imposto sobre lucros e (ii) do valor de mESC 1 654 relativo à retenções na fonte de imposto sobre juros de depósitos a prazo em 2016.



NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

		mESC	
		2016	2015
Corrente			
Money Gram	(i)	27 347	13 424
Money Express	(i)	27 206	17 251
Administrações Estrangeiras - serviços postais internacionais	(ii)	25 455	25 090
Disponibilidades nas Agências - Por regularizar	(iii)	18 180	18 035
Exactorias	(iv)	16 626	16 965
Produtos da CV Telecom à consignação	(v)	13 801	13 801
Electra - Prestação de serviços	(vi)	10 738	10 246
Garantia - Prestação de serviços	(vii)	7 064	4 773
Estado de Cabo Verde - Quotas UPU	(viii)	4 649	4 908
CECV - Prestação de serviços	(ix)	2 234	4 155
Juros de depósito a prazo	(x)	1 878	2 846
Rendas de espaços	(xi)	1 312	1 762
Money Exchange	(i)	-	1 734
Outros, inferiores a mESC 4 000		22 912	20 778
		<u>179 402</u>	<u>155 768</u>
Menos:			
Perdas por imparidade acumulada	(xii)	<u>(27 949)</u>	<u>(27 949)</u>
		<u>151 453</u>	<u>127 819</u>
Operações com vales	(xiii)	<u>7 121</u>	<u>5 904</u>
Pessoal			
	(xiv)		
Empréstimo para aquisição de viaturas		1 660	1 660
Empréstimo concedidos no âmbito do fundo social		226	1 418
		<u>1 886</u>	<u>3 078</u>
		<u>160 459</u>	<u>136 801</u>

(i) Money Express / Money Gram/ Money Exchange

Os saldos resultaram do serviço de transferências de dinheiro por via eletrónica, representando valores pagos em Cabo Verde pelos Correios de Cabo Verde.

Pelos serviços prestados à MoneyExpress, Money Exchange e Money Gram a Sociedade recebe uma comissão de 0,9%, 0,8% e 25%, respectivamente.

(ii) Administrações Estrangeiras

Os saldos decorrentes das relações da Sociedade com Administrações Estrangeiras - serviços postais internacionais são segregados e evidenciados separadamente segundo as suas naturezas devedora (ver acima) e credora (ver Nota 19).



O saldo devedor/credor representa valores relativos a encargos terminais, abonos de encomendas postais e serviços de "express mail" a receber/pagar de Administrações estrangeiras, reconhecidos, à data do balanço, como se segue:

	Valores ativos		Valores passivos	
	2016	2015	2016	2015
	mESC			
Postais				
Dados reais	19 853	10 863	45 482	55 980
Estimativas	5 601	14 226	10 893	9 969
	<u>25 454</u>	<u>25 089</u>	<u>56 375</u>	<u>65 949</u>

As transacções com as Administrações Estrangeiras são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor na data em que ocorrem, tendo os respectivos saldos sido actualizados para os câmbios vigentes à data de 31 de Dezembro de 2016.

(iii) Disponibilidades nas Agências – Por regularizar

O saldo desta rubrica, totalmente ajustado por imparidade, corresponde a diferenças encontradas nas disponibilidades de várias Agências.

(iv) Exactorias

O saldo desta rubrica corresponde aos valores de disponibilidades em Dezembro de 2016 de algumas estações não transferidos para a sede.

(v) Produtos da CV Telecom à consignação

São vários produtos colocados nas agências à consignação para venda nos balcões dos Correios. Saldo de igual montante é apresentado no passivo (ver Nota 19).

(vi) Electra - Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica compreende (i) o montante de mESC 11 005 (2015: mESC 10 864) relativos a comissões a receber da Electra, SARL pela cobrança de facturas efetuadas nas Estações, equivalentes a (a) uma comissão variável de 5% sobre a cobrança efetuada, no caso da Estação de Santa Maria no Sal e (b) uma comissão de ESC 50 por cada factura cobrada, no caso das restantes Estações, deduzido (ii) do montante de mESC 267 (2015: mESC 618), relativos a cobranças de algumas facturas de 2016 das agências de C. Velha e Órgãos (2015: Santa Catarina e Órgãos) que à data do balanço ainda não tinham sido transferidos à Electra, SARL.

(vii) Garantia – Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica corresponde a comissões a receber da Companhia de Seguros Garantia pela cobrança de facturas efetuadas nas estações, equivalentes a uma comissão fixa de mESC 6/mês por Estação e uma comissão variável de 10% sobre a cobrança efetuada.



(viii) Estado de Cabo Verde – Quotas UPU

O saldo desta rubrica corresponde, essencialmente, à parcela das quotas pagas à UPU – União Postal Universal, por conta do Estado de Cabo Verde, relativos aos anos de 2003 e 2004.

(ix) CECV - Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica corresponde a comissões cobradas à Caixa Económica de Cabo Verde por serviços relacionados com as operações de depósito e levantamentos, equivalentes a uma comissão fixa de ESC 150 por cada operação.

(x) Juros de depósito a prazo

O saldo desta rubrica corresponde à especialização dos juros de depósito a prazo (ver Nota 12).

(xi) Rendas de espaços

O saldo desta rubrica corresponde ao valor a receber referente às rendas de espaços a terceiros.

(xii) Perdas por imparidade acumuladas

No exercício de 2016 não registaram qualquer movimento. As perdas por imparidade no exercício de 2015 tinham sido reforçadas em mESC 7 719. O saldo em 31 de Dezembro de 2016 é considerado adequado tendo por referência critérios de gestão e de avaliação comercial.

(xiii) Operações com vales

	Valores activos		Valores passivos	
	2016	2015	2016	2015
	mESC			
Operações com vales nacionais/electrónicos	-	17	2 667	2 551
Administrações estrangeiras - conta vales				
Portugal	6 395	5 052	1 142	1 127
Itália	-	-	6 731	5 880
Senegal	-	-	4 482	4 482
Outros	725	836	2 715	2 738
	<u>7 121</u>	<u>5 888</u>	<u>15 070</u>	<u>14 227</u>
	<u>7 121</u>	<u>5 905</u>	<u>17 737</u>	<u>16 778</u>

Administrações estrangeiras - conta vales

Os Valores activos e passivos desta rubrica representam, respectivamente, os saldos líquidos das operações com vales emitidos pelas Administrações estrangeiras e pagos pela Sociedade e vice-versa.



Em 2015, os saldos antigos das Administrações da Holanda e da Itália, no montante total de mESC 19 259, foram regularizados por contrapartida de Resultados transitados por serem considerados indevidos

As transacções com administrações estrangeiras encontram-se registadas ao câmbio da data em que ocorreram, tendo os correspondentes saldos sido actualizados ao câmbio vigente em 31 de Dezembro de 2016.

(xiv) Pessoal

O saldo de empréstimos para aquisição de viaturas, restritos a Administradores Executivos e Directores, compreende a parcela remanescente de um empréstimo concedido a uma ex-Administradora, o qual não vem sendo objecto de reembolso nem de débito de juros por se encontrar em contencioso.

Os empréstimos concedidos no âmbito do Fundo Social, incluem empréstimos para assistência na doença e para fins diversos. Com excepção dos empréstimos para assistência na doença, não remunerados, os restantes empréstimos vencem juros à taxa anual de 4%.

NOTA 12 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	mESC	
	2016	2015
Caixa		
Tesouraria da Praia	67	62
Caixa das estações	-	505
	<u>67</u>	<u>567</u>
Depósitos a ordem		
Banco Comercial do Atlântico	27 544	23 826
Deutsche Postbank	3 344	3 038
Caixa Económica de Cabo Verde	6 295	3 225
Novo Banco - Portugal	2 190	2 527
Banco Interatlântico	468	543
Novo Banco	-	302
Banco Caboverdeano de Negócios	108	239
Banco Angolano de Investimentos	741	436
Conta Agências - Fundo CECV	18 767	25 679
	<u>59 457</u>	<u>59 815</u>
Depósitos a prazo		
Banco Comercial do Atlântico	4 000	14 000
Caixa Económica de Cabo Verde	100 000	100 000
Novo Banco	10 000	20 000
	<u>114 000</u>	<u>134 000</u>
	<u>173 524</u>	<u>194 382</u>



O depósito à ordem no Banco Comercial do Atlântico no valor de mESC 27 544 (2015: mESC 23 826) corresponde aos fundos de maneiio adiantados às estações e receitas geradas por estas, os quais foram transferidos para a Sede em Janeiro de 2016.

A diferença de mESC 36 601 entre o saldo de Caixa e depósitos bancários (mESC 173 524) e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa (mESC 210 125) resume-se como se segue:

	mESC	
	2016	2015
Saldo de Caixa e depósitos bancários	173 524	194 382
Descoberto bancário (ver Nota 15)	(9 399)	-
Depósito a prazo cativos (ver Nota 7)	46 000	26 000
Saldo de Caixa e equivalentes	210 125	220 382

Os depósitos a prazo venceram juros à taxa anual que variam entre 2,75% e 5,25%.

A rubrica conta agência - fundo CECV representa o saldo disponível nas agências referente a fundos recebidos da CECV (ver Nota 19 (iv)).

NOTA 13 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2016 e em 2015 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da Sociedade em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, integralmente realizado, ascende a mESC 300 000 e é detido pelo Estado de Cabo Verde.

O resultado líquido negativo do exercício de 2015, no valor de mESC 34 188, foi aplicado com segue:

Ajustamentos em activos financeiros	17 439
Resultados transitados	(51 627)

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social, não sendo livre para distribuição em dinheiro, mas podendo ser utilizada para aumentar Capital ou cobrir prejuízos, depois de esgotadas as restantes Reservas.



O saldo de Outras Reservas compreende o seguinte:

	mESC	
	2016	2015
Reservas para fins sociais	20 364	20 364
Reserva para investimentos	12 615	12 615
Resultado cisão c/CTT	617 018	617 018
Reservas Livres	3 253	3 253
	<u>653 250</u>	<u>653 250</u>

As Reservas para fins sociais destinam-se exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização colectiva ou de serviços colectivos aos trabalhadores, bem como para a bonificação de empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente, em condições a definir pelo Governo. A dotação anual que lhe for destinada não poderá exceder 10% do resultado líquido do exercício respectivo.

Constituem a Reserva para investimentos (i) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (ii) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Sociedade seja beneficiária.

As Reservas livres constituem a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada, não sendo impostas por lei ou pelos Estatutos, nem constituídas de acordo com contratos firmados pela Sociedade. Podem ser aplicadas para cobertura de prejuízos, para aumento de capital, ou para distribuição aos sócios.

O saldo de Reservas resultante da cisão compreende, para além do montante de mESC 336 483 atribuídos pelo Estado de Cabo Verde a título de compensação resultante do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) (ver Nota 19), diversos valores resultantes de regularizações efetuadas aquando da referida cisão e posteriormente respeitantes a saldos devedores e credores que transitaram do Balanço da cisão. Este valor não se encontra disponível para distribuição, podendo, no entanto, ser utilizado para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

O saldo de ajustamentos em Activos financeiros compreende:

	<u>mESC</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	261 376
Lucros não atribuídos referentes ao exercício de 2014	16 096
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	277 472
Lucros não atribuídos referentes ao exercício de 2015	<u>17 440</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	<u>294 912</u>



Este valor não pode ser utilizado para qualquer fim, sendo transferido para Resultados Transitados ou Reservas livres quando as sociedades participadas distribuírem dividendos ou forem alienadas.

NOTA 14 – PROVISÕES

	mESC	
	2016	2015
Corrente		
Reestruturação do pessoal - Reforma antecipada	15 285	14 824
Não Corrente		
Reestruturação do pessoal - Reforma antecipada	21 803	30 309
Outros riscos e encargos	9 247	9 247
	31 050	39 556
	46 336	54 380

A provisão para reestruturação do pessoal, representa o valor descontado dos encargos totais com a reforma antecipada acordada com 18 trabalhadores em 2014, 4 trabalhadores em 2015 e 1 trabalhador em 2016, nos valores de mESC 51 664, mESC 13 616 e mESC 5 934, respectivamente. A taxa de desconto utilizada foi de 5,74%, correspondente à taxa média ponderada das obrigações do Tesouro.

Os pagamentos futuros, incluindo os descontos anuais, são representados da seguinte forma:

Ano	Valor a pagar	Desconto	Valor descontado
2017	17 227	1 942	15 285
2018	13 624	2 208	11 416
2019	6 904	1 284	5 620
2020	2 573	498	2 075
2021 e seguintes	3 526	833	2 693
	43 854	6 765	37 089

A provisão para outros riscos e encargos representa a melhor estimativa possível (baseada em informações dos serviços jurídicos) dos encargos em que a Sociedade poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios, de foro laboral, em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço.



Os movimentos verificados na provisão para riscos e encargos são os seguintes (mESC):

	mESC	
	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	54 380	55 520
Aumento		
Reestruturação do pessoal (ver acima)	<u>8 133</u>	<u>15 470</u>
Redução		
Reestruturação do pessoal (ver acima)	<u>(16 177)</u>	<u>(16 610)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u><u>46 336</u></u>	<u><u>54 380</u></u>

O aumento de mESC 8 133 compreende (i) mESC 5 934 referentes à provisão para a reforma negociada com 1 trabalhador em 2016 (ver acima) e (ii) mESC 2 199 referentes ao efeito anual do desconto.

A redução de mESC 16 177 (2015: mESC 13 217) compreende os pagamentos de pré-reforma efectuados no exercício. Em 2015, compreendia ainda o montante de mESC 3 593 relativos a um trabalhador inicialmente contemplado com reforma antecipada e que passou para a reforma por invalidez.

NOTA 15 – FORNECEDORES

Esta rubrica compreende:

	mESC	
	2016	2015
Saldos credores		
ELECTRA (i)	10 054	13 396
SKYTECH (ii)	8 297	53
Caetano Auto Grupo Salvador (iii)	4 410	-
MGO Consulting (iv)	3 296	-
Jornal A Semana	2 265	2 239
CV Telecom	1 125	1 862
ASA-Praia	1 508	1 508
SILMAC	1 582	1 079
Outros	6 591	6 985
	<u><u>39 128</u></u>	<u><u>27 122</u></u>
Saldos devedores		
Adiantamentos a fornecedores	<u><u>904</u></u>	<u><u>176</u></u>



(i) ELECTRA

O saldo a pagar à ELECTRA resulta do fornecimento de energia e água. Inclui mESC 13 396 transitados de 2015, acrescidos do valor das facturas de fornecimentos referentes a 2016, no montante de mESC 5 526, e deduzidos de pagamentos de mESC 8 868.

(ii) SKYTECH

O saldo devido à SKYTECH resulta do fornecimento de equipamentos micro informáticos e equipamentos de rede de comunicação.

(iii) Caetano Auto Grupo Salvador

O saldo devido ao Caetano Auto é referente a aquisição de duas viaturas Ford.

(iv) MGO Consulting

A dívida para com a MGO Consulting resulta do fornecimento de equipamentos de Data Center.

NOTA 16 – Estado e Outros Entes Públicos (Credor)

O saldo credor desta rubrica decompõe-se como segue:

		mESC	
		2016	2015
Retenção de impostos sobre rendimentos	(i)	1 949	2 270
Contribuições para a Previdência Social	(i)	6 373	6 540
Tributação autónoma		3 124	1 480
Imposto sobre o Valor Acrescentado		621	621
Outros		456	256
		<u>12 523</u>	<u>11 167</u>

(i) Imposto único sobre rendimentos/Contribuições para a Previdência Social

Correspondem, essencialmente, aos processamentos das (a) retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal e (b) contribuições da Sociedade para a previdência social para entrega ao Estado, referentes ao mês de Dezembro.

NOTA 17 - ACCIONISTAS

O saldo desta rubrica, transitado do exercício anterior, representa os dividendos referentes ao exercício de 2001 atribuídos ao Estado de Cabo Verde e ainda não liquidados.



NOTA 18 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos compreendem os seguintes empréstimos bancários de curto prazo:

		mESC	
		2016	2015
Banco Comercial do Atlântico	(A)		
° Conta corrente caucionada		24 611	14 520
Novo Banco	(B)		
° Descoberto Bancário		9 399	-
		<u>34 010</u>	<u>14 520</u>

(A) Banco Comercial do Atlântico

Corresponde à parcela utilizada de um empréstimo sob a forma de conta corrente caucionada, contratado até ao montante máximo de mESC 32 000 (2015: mESC 20 000), em Outubro de 2016 (2015: Junho de 2015), por um período de 6 meses, renovável.

Vence juros à taxa anual de 7% e encontra-se garantido por um penhor sobre o depósito a prazo no montante de mESC 32 000 (2015: mESC 22 000) (ver Nota 7).

(B) Novo Banco

Corresponde à parcela utilizada do descoberto bancário, destinado ao financiamento de tesouraria, contratado até ao montante máximo de mESC 10 000, em Dezembro de 2016, por um período de 1 mês, renovável.

Vence juros à taxa anual de 7% e encontra-se garantido por um penhor sobre o depósito a prazo no montante de mESC 10 000 (ver Nota 7).



NOTA 19 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

		mESC	
		2016	2015
Direcção Geral do Tesouro	(i)	94 534	88 269
Estado - Indemnização de Cisão	(ii)	78 935	78 935
Cabo Verde Telecom, Sarl	(iii)	71 360	53 441
Administrações estrangeiras - serviços postais internacionais (ver Nota 11 (ii))		56 375	65 949
Fundos CECV	(iv)	28 767	35 679
Encargos com férias e subsídio de férias e pre-reformados a pagar no ano seguinte e s (ver Nota 25)		24 320	27 099
Money Gram	(v)	19 234	13 783
Produtos da CV Telecom à consignação	(vi)	13 801	13 801
Ministério das Finanças	(i)	6 081	5 967
Credores por pagamentos diferidos	(vii)	5 948	4 214
Caixa Nacional de Pensões de Portugal	(i)	292	5 176
TACV		117	952
Outros, inferiores a mESC 4 000		19 215	15 773
		<u>418 979</u>	<u>409 038</u>
Operações com vales (Nota 11 (xiii))		<u>17 737</u>	<u>16 778</u>
		<u>436 716</u>	<u>425 817</u>

(i) Direcção Geral do Tesouro (DGT) / Ministério das Finanças / Caixa Nacional de Pensões de Portugal

Representam os adiantamentos efetuados à Sociedade pela DGT, Ministério das Finanças e pelo Banco Interatlântico para pagamento aos pensionistas (a) das FAIMO e da Função Pública e (b) da Caixa Nacional de Pensões de Portugal, respectivamente, deduzidos dos pagamentos entretanto efetuados até à data do balanço.

(ii) Estado de Cabo Verde

Nos termos do Protocolo N° 1/96, de 29 de Novembro, o Estado de Cabo Verde assumiu-se como devedor dos CORREIOS pelo montante de mESC 336 483, a título de compensação pela previsível insuficiência de resultados operacionais no âmbito do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP). Este valor foi calculado tendo por referência a insuficiência de resultados operacionais dos CORREIOS para o período de 1996 a 2000.

Em resultado de recebimentos e encontros de contas entretanto efetuados com o Estado de Cabo Verde ao longo dos anos, a conta apresentava em 2006 um saldo devedor de mESC 14 538. Tendo o Estado de Cabo Verde feito, em 2007, um pagamento no valor de mESC 93 473, esta rubrica passou a apresentar um saldo credor de mESC 78 935. Devido a não estarem definidas as condições de reembolso deste valor não se procedeu ao cálculo do seu valor descontado.



(iii) Cabo Verde Telecom (CVT)

O saldo desta rubrica corresponde, ao valor das cobranças de facturas por conta da CVT referentes, aos meses de Agosto a Dezembro de 2016, no montante de mESC 71 367, líquido de mESC 3 893 relativos à comissão de 4.5% sobre cobranças a que a Sociedade tem direito.

Nos termos do Acordo de prestação de serviços assinado entre as partes em Janeiro de 2014, as cobranças mensais efetuadas nas Estações devem ser depositadas na conta bancária da CVT até ao dia 15 do mês seguinte.

(iv) Fundos CECV

Compreendem fundos da Caixa Económica de Cabo Verde nas agências dos Correios de Cabo Verde (ver Nota 12).

(v) Money Gram

Representa (i) o bónus da renovação do contrato no valor de 25 000 Euros e (ii) os adiantamentos anuais no valor de 50 000 Euros atribuídos em 2013, 2015 e 2016, para fazer face aos pagamentos das transacções.

(vi) Produtos da CV Telecom à consignação

São vários produtos colocados nas agências à consignação para venda nos balcões dos Correios. Saldo de igual montante é apresentado no passivo (ver Nota 11).

(vii) Credores por pagamentos diferidos

O saldo desta rubrica compreende encargos referentes ao exercício a liquidar no exercício seguinte, relacionados, essencialmente, com (ii) transporte de malas pelos TACV, no montante de mESC 3 213 (2015: mESC 1 630) e (i) serviços de Auditoria e de Fiscal Único, no valor total de mESC 2 460 (2015: mESC 2 420).

NOTA 20 – DIFERIMENTOS PASSIVOS

O saldo resume-se como segue:

	mESC	
	2016	2015
Subsídios para investimentos (Doações)	10 680	4 617
Aluguer de caixas apartados a reconhecer no exercício seguinte	<u>1 303</u>	<u>1 855</u>
	<u><u>11 983</u></u>	<u><u>6 472</u></u>



Os subsídios para investimentos representam a contrapartida do custo dos activos fixos tangíveis doados à Sociedade pela UPU Internacional, no âmbito do Fundo de Melhoria Qualidade de Serviços (ver Nota 3), líquido das respectivas depreciações acumuladas. As depreciações do exercício dos bens doados ascenderam a mESC 2 803 e encontram-se compensadas em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27).

NOTA 21 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	mESC	
	2016	2015
Vendas		
Embalagens	4 601	4 416
Produtos filatélicos	2 491	1 733
Cartões postais	436	486
Outros	418	618
	<u>7 946</u>	<u>7 253</u>
Prestação de serviços		
Prémios e quota parte	38 542	36 757
Receitas e encomendas postais	36 861	34 202
Express mail / E.M.S.	27 272	29 775
Direitos terminais	25 490	9 651
Serviços prestados à FAIMO	20 325	20 324
Selos e outros valores postais	16 774	17 415
Avenças cobradas	11 712	14 490
Vinhetas de encomendas	10 981	10 946
Serviços prestados à CECV	10 250	10 212
Comissão Novo Banco	8 671	7 304
Comissões sobre cobranças de faturas	8 573	10 724
Receitas de caixas de apartado	8 472	9 072
Serviços prestados à FAMR	3 000	3 000
Serviços prestados à Direcção Geral das Alfândegas	2 898	2 390
Serviços de telecomunicações	2 803	3 511
Serviços TMO/EUROGIRO	2 428	2 227
Prémios de vales	2 097	1 918
Serviços prestados à Garantia	2 041	1 940
Comissões sobre venda de produtos da CVT	1 490	1 906
Outros	2 079	2 412
	<u>242 759</u>	<u>230 176</u>
	<u>250 705</u>	<u>237 429</u>

NOTA 22 – GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS

O saldo desta rubrica corresponde à quota-parte no resultado líquido da associada Caixa Económica de Cabo Verde.



Os dividendos recebidos da Caixa Económica de Cabo Verde em 2016 ascenderam a mESC 21 075 (ver Nota 6).

NOTA 23 – SUBCONTRATOS

Os subcontratos compreendem os seguintes serviços prestados à Sociedade:

	mESC	
	2016	2015
Serviços postais	7 546	6 914
Serviços de telecomunicações	1 089	1 276
Serviço Eurogiro	2 646	2 646
Serviço vales	686	587
	<u>11 968</u>	<u>11 424</u>

NOTA 24 – GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O saldo desta rubrica foi apurado como segue:

	mESC	
	2016	2015
Inventário inicial (ver Nota 9)	18 676	23 609
Compras	12 124	6 768
Inventário final (ver Nota 9)	<u>(20 028)</u>	<u>(18 676)</u>
	<u>10 772</u>	<u>11 701</u>

Este gasto corresponde, essencialmente, às vendas de embalagens, envelopes, selos e produtos filatélicos.

**NOTA 25 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Esta rubrica é composta como segue:

		mESC	
		2016	2015
Transporte de malas	(i)	15 790	14 468
Electricidade		6 506	8 293
Vigilância e segurança	(ii)	7 796	6 960
Comunicação	(iii)	5 146	5 294
Publicidade e propaganda		3 696	8 024
Serviços diversos		4 970	4 728
Deslocações e estadias		1 889	1 659
Trabalhos especializados		9 018	5 979
Combustíveis		2 237	2 999
Conservação e reparação		4 510	2 894
Água		1 754	2 217
Honorários		1 191	1 116
Rendas e alugueres		582	585
Outros (inferiores a mESC 2 500)		7 407	6 329
		<u>72 492</u>	<u>71 545</u>

(i) Transporte de Malas

O aumento verificado na rubrica de transportes de malas de correio é explicado, essencialmente, pela actualização do tarifário das transportadoras.

(ii) Vigilância e segurança

Incluem, essencialmente, gastos com as empresas Silmac (cerca de mESC 7 000) e Sonasa (cerca de mESC 500) referentes à segurança efetuada nas instalações da Sociedade.

(iii) Comunicação

Inclui, essencialmente, gastos com telefone e internet dos serviços centrais e estações.



NOTAS 26 – GASTOS COM O PESSOAL

	mESC	
	2016	2015
Ordenados e salários	135 144	141 860
Remunerações adicionais	33 624	36 631
Encargos sobre remunerações	25 344	26 897
Outras despesas com o pessoal	1 888	5 971
	<u>196 000</u>	<u>211 359</u>
Número médio de empregados	<u>173</u>	<u>180</u>

Os encargos com férias, subsídio de férias e respectivos encargos com a previdência social, nos montantes de mESC 10 414 (2015: mESC 11 066), mESC 10 460 (2015: mESC 11 179) e mESC 3 131 (2015: mESC 3 637), respeitantes ao exercício de 2016 a pagar em 2017 (ver Nota 19) integram as rubricas de Ordenados e salários, Remunerações adicionais e Encargos sobre remunerações, respectivamente. A rubrica de Remunerações adicionais inclui ainda o montante de mESC 11 212 (2015: mESC 11 822), referente ao prémio de produtividade.

A diminuição registada em Ordenados e salários é justificado pelo impacto de 1 trabalhador em pré-reforma (ver Nota 14) e a saída de 12 trabalhadores por diversos motivos.

NOTA 27 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	mESC	
	2016	2015
Rendas de propriedades de investimentos	17 931	17 752
Dividendos referentes a participações financeiras (ver Nota 6)	5 522	5 837
Diferenças de câmbios favoráveis	1 975	1 548
Compensação de amortizações dos bens do activo tangível, doados à Sociedade (ver Notas 1.1 e 20)	2 803	2 895
Ganhos com alienação de activos tangíveis (ver Nota 3)	70	1 042
Outros ganhos	159	1 016
	<u>28 460</u>	<u>30 090</u>



NOTA 28 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Discriminam-se como segue:

	mESC	
	2016	2015
Impostos directos e indirectos	8 491	5 582
Tributação autónoma	1 643	1 480
Quotizações obrigatórias	3 302	4 631
Outros	4 381	3 798
	<u>17 817</u>	<u>15 491</u>

As quotizações compreendem, essencialmente, quotas anuais devidas à (i) AICEP – Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (mESC 827) e (ii) UPU – União Postal Universal (mESC 2 475)

NOTA 29 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES

O saldo de mESC 31 180 (2015: mESC 34 040) compreende mESC 26 030 (2015: mESC 28 891) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3), mESC 308 (2015: mESC 308) de depreciação de propriedades de investimentos (ver Nota 4) e mESC 4 841 (2015: mESC 4 841) de depreciação do exercício de ativos intangíveis.

NOTA 30 – JUROS E GANHOS SIMILARES OBTIDOS

O saldo representa juros de depósitos a prazo (ver Nota 12).



NOTA 31 – IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO

A conciliação do resultado contabilístico e do resultado fiscal resume-se como segue:

	mESC		
	2016	2015	2014
Resultado antes de impostos	(12 350)	(34 188)	(88 018)
A (deduzir) adicionar			
Provisões para além do limite legalmente aceite / já tributada	(8 044)	(1 140)	50 272
Dividendos recebidos - participações não valorizadas ao MEP	(5 522)	(5 837)	(6 648)
Tributação autónoma	(1 643)	(1 480)	-
Aumento (diminuição) de justo valor em participações financeiras	(1 868)	-	101
Rendimentos derivados de alienação de participações financeiras	-	-	(45 061)
Gastos (rendimentos) da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	(30 410)	(63 805)	(16 094)
Resultado fiscal	(59 837)	(106 450)	(105 448)

Os efeitos resultantes da adoção do Método de Equivalência Patrimonial e do Justo valor na mensuração das participações financeiras, bem como os dividendos recebidos das participações valorizadas ao custo de aquisição e os ganhos com a alienação de participação não têm relevância fiscal.

Apesar do resultado fiscal negativo, não foram contabilizados os respectivos Impostos diferidos no montante de cerca de mESC 15 000 (2015: cerca de mESC 27 000) devido à imprevisibilidade da sua recuperação, na medida em que uma parte significativa dos rendimentos da Sociedade não é sujeita a tributação. O valor do reporte fiscal acumulado ainda disponível para utilização totaliza o montante de cerca de mESC 270 000 e os respectivos Impostos Diferidos de cerca de mESC 69 000 não foram contabilizados devido ao acima referido.

NOTA 32 – RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número de acções, como segue.

	2016	2015
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	(12 350)	(34 188)
Número de acções	300 000	300 000
Resultado por acção básico (ESC)	(41)	(114)

NOTA 33 - GARANTIAS

As Garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se com financiamentos obtidos e encontram-se descritas na Nota 18.



NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

(i) Os principais saldos e transacções ocorridas em 2016 e 2015 entre a Sociedade e partes relacionadas sumarizam-se nos quadros seguintes (em mESC):

	2016				
	Balanço			Demonstração de resultados	
	Outras Contas a receber	Clientes	Outras Contas a pagar	Prestação de serviços	Forn. e serv. externos
	(Ver Nota 11)	(ver Nota 9)	(ver Nota 19)	(Gastos) / Rendimentos	
Direcção Geral do Tesouro	2 708	13 797	179 549	26 359	-
Cabo Verde Telecom	3 958	210	72 485	10 063	(4 754)
Caixa Económica de Cabo Verde	2 234	3 351	28 767	10 250	-
Garantia	7 064	-	-	2 041	-
	<u>15 964</u>	<u>17 358</u>	<u>280 801</u>	<u>48 713</u>	<u>(4 754)</u>

	2015				
	Balanço			Demonstração de resultados	
	Outras Contas a receber	Clientes	Outras Contas a pagar	Prestação de serviços	Forn. e serv. externos
	(Ver Nota 11)	(ver Nota 9)	(ver Nota 19)	(Gastos) / Rendimentos	
Direcção Geral do Tesouro	4 405	14 103	173 810	26 117	-
Cabo Verde Telecom	1 294	492	55 303	12 629	(5 294)
Caixa Económica de Cabo Verde	4 155	4 035	25 679	10 212	-
Garantia	4 773	-	-	1 940	-
	<u>14 627</u>	<u>18 630</u>	<u>254 792</u>	<u>50 898</u>	<u>(5 294)</u>

(ii) Não existem transacções com os Administradores.

(iii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Gastos com o pessoal ascendem a mESC 9 624 (2015: mESC 9 621), tendo ainda sido atribuído subsídio natal, no valor de mESC 730).

**(iv) NOTA 35 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO**

	mESC	
	2016	2015
Acréscimos de gastos		
Acréscimos por férias (ver Nota 19)	24 320	27 099
Credores por pagamentos diferidos (ver Nota 19 (vii))	5 948	4 214
Outros credores por pagamentos diferidos (ver Nota 11 (ii))	10 893	9 969
	<u>41 161</u>	<u>41 282</u>
Acréscimos de rendimentos		
Outros credores por pagamentos diferidos (ver Nota 11 (ii))	5 601	14 271
Juros de depósitos a prazo (ver Nota 11 (x))	1 878	2 846
Rendas de espaços (ver Nota 11 (xi))	1 312	1 762
	<u>8 791</u>	<u>18 879</u>
Diferimentos de rendimentos		
Subsídios para investimentos (ver Nota 20)	10 680	4 617
Aluguer de caixas apartados (ver Nota 20)	1 303	1 855
	<u>11 983</u>	<u>6 472</u>
Diferimentos de gastos		
Seguros e outros	<u>283</u>	<u>308</u>

NOTA 36 - CONTINGÊNCIAS

Além das referidas nas Notas anteriores, não são do conhecimento da Sociedade outras situações que possam gerar custos futuros e que como tal devessem ser provisionados ou relatadas.

NOTA 37 - RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Não existem responsabilidades e compromissos de valor significativo não incluídos no balanço.

NOTA 38 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais a divulgar.

NOTA 39 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

- : : : : : : : : : : -

9.3. Parecer de Auditoria

**Relatório do Auditor Independente****Opinião com reserva**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas dos Correios de Cabo Verde, SARL (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira dos Correios de Cabo Verde, SARL, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reserva

Até à data deste relatório não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação direta de saldos de Outros devedores e Outros credores ascendendo, conforme os registos contabilísticos da Empresa em 31 de dezembro de 2016, a cerca de milhares de Escudos (mESC) 63 000 e mESC 151 000, respetivamente, não tendo os procedimentos alternativos de auditoria realizados permitido ultrapassar esta limitação. Nestas circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre a razoabilidade dos saldos acima referidos em 31 de dezembro de 2016, nem sobre o efeito que eventuais regularizações poderiam originar nas demonstrações financeiras do exercício.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5, Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na CRPCA sob o nº 893, NIF: CV 200 119 036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3ª, 1069 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das S.R.O.C. sob o nº 183 e na C.M.V.M. sob o nº 20161485



Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

7 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Carlos Sim Sim Maia, R.O.C.



9.4. Parecer do Fiscal Único



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração dos Correios de Cabo Verde, SARL, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos o respetivo Relatório do Auditor Independente, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, exceto no aspeto mencionado no Relatório do Auditor Independente, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. - sucursal Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, CP. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5, Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na CRPCA de Cabo Verde sob o n.º 893, NIF: CV 200 119 036*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, n.º 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista dos S.R.O.C. sob o n.º 183 e na C. M. V. M. sob o n.º 20161485



Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

7 de julho de 2017

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Carlos Manuel Sim Sim Maia